a folha

Boletim da língua portuguesa nas instituições europeias

http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine

N.º 41 — primavera de 2013

O paradoxo do icebergue

Miguel Magalhães
Antigo funcionário — Comissão Europeia

Há muitos anos que me preocupo com a harmonização da toponímia estrangeira em língua portuguesa. Durante os anos em que trabalhei como tradutor na Comissão Europeia (CE) intervim frequentemente em decisões acerca de como designar países e cidades estrangeiros em língua portuguesa. Tendo participado em muitas das sucessivas listas de países que foram sendo publicadas pelas instituições europeias, devo esclarecer que sempre me causou impressão o entusiasmo de alguns colegas pelo aportuguesamento de nomes geográficos que os leitores de jornais e livros portugueses estavam habituados a ver grafados em línguas estrangeiras, mormente em inglês, mas também em francês (Nantes, Loire, Nancy, Seychelles), espanhol (Jaén, San Sebastián, Medellín) ou alemão (Frankfurt, Kiel, Würzburg, Rostock). Felizmente, a maior parte destes vocábulos aqui dados a título de exemplo escaparam à militância aportuguesadora, mas tal não foi o caso das Seychelles, passadas a Seicheles (ler-se-á «seichêles»?). E Frankfurt não sei se escapou, pois havia no tempo em que eu trabalhei na CE alguns entusiastas de Francoforte (já eu sempre preferi Frankfurt, e quanto ao Franco... prefira-o fraco).

Aparentemente, pela leitura no último número de «a folha» do artigo «A revisão da lista de países do *Código de Redação Interinstitucional*»[(1)], a tendência aportuguesadora parece dominar actualmente entre os linguistas das instituições europeias, pelo menos entre aqueles que trabalham predominantemente em terminologia. Não posso pois deixar de repetir aqui alguns dos argumentos contra o excesso de aportuguesamento que tentei defender em 25 anos de carreira na CE (artigo em «a folha» n.º 18[(2)], em 2005, por exemplo) e que, pelos vistos, têm sido ignorados.

---

(1) «a folha», n.º 40 — outono de 2012, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha40_pt.pdf.
(2) «Um ataque (em português) à República Checa? Os velhos dilemas com os nomes dos países» *in* «a folha», n.º 18 — primavera de 2012, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha18_pt.pdf.

Quem quiser recordar os pressupostos teóricos dos aportuguesadores militantes, pode consultar o artigo «A revisão da lista do *Código de Redação Interinstitucional*» no boletim «a folha» n.º 40, do Outono de 2012, nomeadamente os pontos II a) e b).

O meu ponto de partida é menos teórico e mais pragmático. Para explicar o meu ponto de vista, recorrerei sobretudo à minha visão acerca da experiência histórica de «importação» de topónimos estrangeiros no Brasil e em Portugal.

Comecemos por Portugal: ao contrário do que afirmam os autores do supracitado artigo, não é verdade que «até meados do século XX era comum afeiçoar topónimos estrangeiros à **pronúncia efectiva** e às **tradições ortográficas** do português». Pelo contrário, sempre existiu uma tensão *ideológica* entre duas linhas da cultura portuguesa que se definiam pela sua postura perante as influências do exterior (castiços *versus* estrangeirados). Em épocas de exacerbamento nacionalista como foram os tempos finais da monarquia (em que os republicanos, na sua propaganda marcadamente nacionalista, usaram e abusaram dos mitos da História do nosso país), a República e o Estado Novo, havia de facto predominância intelectual dos chamados castiços que causaram grandes danos à língua portuguesa, nomeadamente na sua relação com o Brasil. O primeiro grande golpe dado na sintonia entre línguas de Portugal e do Brasil foi dado pela reforma ortográfica de 1911, logo no início do regime republicano, em que o governo português nem se deu ao trabalho de consultar o Brasil, embora naquele país houvesse uma Academia Brasileira de Letras desde o final do século XIX.

Embora o aportuguesamento fosse a tendência dominante, havia muitos intelectuais «estrangeirados» que usavam com grande à-vontade termos estrangeiros nos seus textos (basta pensar em Eça de Queirós). Esta oscilação foi permanente desde o século XVI, primeiro mais em relação ao espanhol, depois mais em relação ao francês, modernamente mais em relação ao inglês.

No Brasil também existiu sempre esta oscilação, havendo inclusive uma clara demarcação entre autores mais citadinos, cosmopolitas, e regionalistas, castiços. Foram os modernistas do século XX que resolveram esta questão com a sua defesa da antropofagia cultural, isto é, o abrasileiramento da influência cultural estrangeira (um exemplo característico, muitos anos mais tarde, é a influência do *jazz* na bossa nova). No Brasil existiu sempre uma tendência aportuguesadora de nomes estrangeiros bem mais forte do que em Portugal, o que se explica por ser um país menos aberto à influência exterior europeia (menos turismo, menos emigração, menos proximidade de Madrid, Paris e Londres). Assim, por exemplo, no Brasil escreve-se Iugoslávia, Madri e Moscu, aportuguesamento do francês Moscou. Como curiosidade para os meus leitores, mais um exemplo: um dos membros da Academia Mineira (Minas Gerais) de Letras chama-se Oiliam José, sendo o primeiro nome «aportuguesamento»... de William.

Pelo contrário, Portugal, embora seja um país periférico na Europa (ou por isso mesmo), sempre foi muito marcado culturalmente pela influência dos grandes centros europeus difusores de cultura, mesmo em épocas de maior fechamento político.

Passemos a exemplos práticos, por ordem alfabética, todos extraídos da lista em vigor actualmente nas instituições europeias: Abu Dabi, Baamas, Bangladeche, Bisqueque, Catar, Catmandu, Doa, Dublim, Erevã, Iaundé, Jamena, Listenstaine, Nuaquechote, Numeá, Pionguiangue, Pnom Pene, Porto Luís, Porto do Príncipe, Porto de São Pedro, Quigali, Quinxassa, Reiquiavique, Santo Helério, São Dinis, Saraievo, Taline, Tasquente, Ulã Bator.

Há aqui nomes que dificilmente serão identificados, como a capital da ilha de Jersey (vá lá, não lhe tiraram o ípsilon): Saint Helier. Outros, como Listenstaine, são mesmo fruto de algum radicalismo aportuguesador, pois não existe nem mais uma língua europeia de alfabeto latino com grande dimensão internacional (como a portuguesa) em que o nome do país não seja escrito em alemão: Liechtenstein. Depois temos a perseguição aos K, W e Y, um perfeito anacronismo num tempo em que tais letras estão consagradas em Portugal pelo mais recente acordo ortográfico. Em todos estes casos, o que choca mais é a sensação de que existe uma vontade militante de ignorar anos e anos de habituação

do leitor português aos termos estrangeiros: Abu Dhabi, Bahamas, Bangla Desh, Bichkeck, Katmandu, Doha, Dublin, Erevan, Yaoundé, N'Djamena, Liechtenstein, Nouakchott, Nouméa, Pyongyang, Phnom Penh, Port Louis, Port-au-Prince, Saint Peter Port (capital de Guernsey), Kigali, Kinshasa, Reykjavik, Saint Hellier, Saint-Denis (Reunião), Sarajevo, Tallinn, Tashkent, Ulan Bator.

Os meus colegas, no seu afã normalizador, ignorarão, por acaso, que muitos destes termos têm anos e anos de consagração em publicações portuguesas?

Os defensores do aportuguesamento *à outrance* usam frequentemente o argumento de que se impõe facilitar a escrita a pessoas que desconhecem línguas estrangeiras. Ora, em Portugal, precisamente, sempre houve proximidade com várias línguas estrangeiras (filmes e séries legendados e não dobrados, presença de muitos portugueses que nalguma época da sua vida foram emigrantes, importância do turismo). Acresce que, nos últimos tempos, o país introduziu o ensino obrigatório do inglês a crianças de tenra idade, pelo que se poderá facilmente pensar que daqui a poucos anos a maioria da população portuguesa será bilingue (inglês e português).

A actividade aportuguesadora dos meus colegas só pode ser explicada por um militantismo ideológico anti-cosmopolita. O caso do Liechtenstein (Listenstaine???) brada aos céus. Mas o grave nesta questão é que, aparentemente, tem existido nos últimos anos uma política sistemática de aportuguesamento de termos que aparecem frequentemente grafados na imprensa portuguesa «à estrangeira», como diriam os nossos aportuguesadores militantes. O último em que reparei foi o yuan, a moeda da República Popular da China (iuane, segundo os aportuguesadores). Esta militância contra os nomes estrangeiros leva-me a colocar esta questão num plano mais grave, que é o da política pura e dura: em primeiro lugar, noto que os jornais de referência em Portugal não seguem a lista das instituições; em segundo, friso que isto acontece apesar de a dita lista estar amplamente divulgada (por exemplo, na *Wikipedia*(3) aparecem sistematicamente as sugestões da lista «europeia»).

Falemos então de política: a ausência de entidades reguladoras da língua em Portugal sempre colocou graves problemas aos tradutores portugueses das instituições europeias. A multiplicidade de fontes a consultar em Portugal para obter esclarecimentos em matérias terminológicas causa dificuldades constantes. Com o desenvolvimento dos meios informáticos, obviamente, a própria produção de textos das instituições passou a ser uma fonte amplamente reconhecida e divulgada. Esta nossa presença num meio já muito atomizado (o das fontes credíveis de normalização da língua portuguesa) deveria obrigar-nos a ser prudentes, optando frequentemente pelas soluções mais consensuais, evitando posições controversas. Pelo contrário, verifico que os meus colegas das instituições usam os (consideráveis) meios públicos postos à sua disposição pelos contribuintes europeus para levarem a cabo uma campanha ideologicamente marcada de aportuguesamento exagerado de nomes estrangeiros. Penso que esta questão não deveria ficar no plano de um debate meramente linguístico; por isso, chamo a atenção dos meus compatriotas com responsabilidades políticas nas instituições europeias (nomeadamente o presidente da CE e os deputados do Parlamento Europeu) para esta prática exageradamente aportuguesadora de nomes estrangeiros, que não é seguida em Portugal e que coloca as instituições europeias numa posição de «mais papista do que o papa», muito prejudicial nesta fase em que tem crescido na opinião pública portuguesa um olhar mais crítico em relação às instituições europeias.

A História da língua portuguesa está cheia de palavras-cadáveres que alguns portuguesadores militantes do passado tentaram impor. Alguns casos: Arécio, Cambrígia, Cálhari, Danzigue, Oxónia, Liverpul, Nimega, Samora, Tolosa, Valhadolide. Felizmente, parece ter havido, ao longo dos tempos, alguma sensata resistência à fúria aportuguesadora. É claro que a discussão entre linguistas mais atentos às práticas usuais (o meu caso) ou mais empenhados no aportuguesamento de nomes estrangeiros nunca acabará, mas não foi por isso que quis chamar este assunto à baila. Foi por causa

(3) *Wikipedia*, http://www.wikipedia.org/.

dos efeitos negativos que o aportuguesamento exagerado «vindo da Europa» poderá ter na opinião pública portuguesa.

Por último, expliquemos o título deste artigo. Quando se aportuguesou a palavra inglesa *iceberg* optou-se por acrescentar «ue» a *berg* no fim, mas não se aportuguesou o «ice» inicial. De facto, «aissebergue» pareceria, no mínimo, ridículo. Por que motivo se manteve «ice» que só em inglês é que se lê «aisse»? Para manter a proximidade com o vocábulo de partida. Ora aqui está um caso em que se que demonstra que, mesmo quando se aportuguesa, há que manter uma certa moderação. Moderação que também deveria ser seguida para evitarmos vocábulos ridículos como «Bisqueque» (serão dois queques?), «Catar» (piolhos?), «Doa» (a quem doer?), «Tasquente» (ou 'tás frio?).

Um dos maiores problemas da língua portuguesa perante a omnipresença do inglês na vida pública é o facto de muitas vezes os «grandes defensores» da língua portuguesa serem os principais causadores da sua menor popularidade, nomeadamente entre os jovens. Qualquer pessoa que tenha um conhecimento mínimo do ensino secundário em Portugal sabe como abundam os estudantes que são óptimos alunos em inglês e medíocres em português. Claro que os sucessivos ziguezagues experimentalistas do Ministério da Educação não têm ajudado nada, mas a solução não será certamente pugnarmos por uma língua portuguesa mais nacional, mais isolada, menos amiga da interacção com outras línguas. Por isso mesmo, diria que a pretensão de acentuar o particularismo do português perante as outras línguas, de forçar a sua singularidade, de exagerar a sua casticez só nos poderá levar a ver diminuídos o seu prestígio e a sua utilidade internacionais.

magalmi@hotmail.com

Ela trabalhava na Siemens

Luís Filipe PL Sabino
Antigo funcionário — Comissão Europeia; Comité Económico e Social Europeu-Comité das Regiões

Encontrei-a no quase estio algarvio. 1970. Fumava cigarros Porto e estava ali à mão. Vinha da fria Alemanha, ávida de sol e praia e vinho Lagoa. O clássico. Era ainda o tempo dos *charters*. E o ano de Christie com o *Yellow River*. Eu tinha, então, certezas sobre tudo. Classicamente eu a arrastar de asa e a dar-lhe uns lamirés à Uschi. Trabalhava ela na Siemens. E gostava dos meus olhos e do meu cabelo negro, cor de telefone antigo[1]. Bom, a coisa já não ia mal. E vai daí a coisa deu quase para novela romântica com luar de prata e noites cálidas, porque a Uschi arrasava-me com declarações que não iriam dar a lado nenhum, como se quisesse meter o Rossio na Betesga; até porque a vida não iria nesse sentido, como eu não pressentia e a história me mostrou. Ainda considerei vagamente como quem não quer a coisa: atraco-me a ela, fico-me pelo estrangeiro, piro-me à tropa, do mesmo passo evitando meter uma lança em África (em sentido próprio), etc. Nem uma coisa nem outra. Aquilo era areia a mais para a minha camioneta. Tirei o cavalo da chuva. O meu trajeto foi outro, para o qual de resto pouco contribuí, como se eu, em muitos momentos, não tivesse feito a minha história, como se as decisões fossem tomadas por outrem[2], como se a meu lado passasse um comboio, que podia

(1) 

(2) Malcom Gladwell, *Blink: The power of thinking without thinking. Chapter 2 — The locked door: the secret life of snap decisions,* Penguin Books, ISBN 978-0-141-02204-8.

apanhar ou não, e que tal pouca importância teria(3). Mesmo os dias que passei com ela em Erlangen e arredores apenas deixaram uns contactos que, sem o *brave new world* da Internet, do *mail* e dos telemóveis — o que aumentava a distância e amandava a Europa lá para o cu de Judas —, se desvaneceram e estiolaram, tendo perdurado mesmo assim até 1971, com remessas espaçadas de Porto, 20 cigarros com filtro, 18 gramas, A Tabaqueira Portugal. Mas como, fastosamente, eu teria de aceder ao percurso europeu e bruxelense em 1983, já sem memória da Uschi e da fragrância de um perfume de primavera, e como ainda me aguardavam outros filmes que eu então desadivinhava, zarpei para outras paragens e aquilo que podia ser um quadradinho de fotonovela estilo «*Jovem alto, simpático e rico, deseja conhecer menina de bons sentimentos, mesmo pobre, para fins matrimoniais. Assunto sério*» morreu na praia, até porque não tinha as qualidades do jovem e o meu perfil não era assim pró Sandokan, o conhecido tigre da Malásia. As esporas da saudade não atuaram. Pendurei as botas. Pouco depois, cena do próximo capítulo: uma batava, fruto das areias algarvias, decerto herdeira *malgré elle* dos holandeses com quem os portugueses andaram à pera, em certas alturas da História, como noticia o Ruy Duarte de Carvalho em *Desmedida: Luanda, São Paulo, São Francisco e volta*(4); projetei dar-me guarida nos confortáveis Países Baixos (vulgo: Holanda), de novo profugando-me para me negar à tropa do *muitas-prospriedades-adeus-até-ao-meu-regresso*. Também não deu nada. Vou mas é dar uma volta ao bilhar grande, pensei profundamente. E fiquei-me pelo país relativo, pelo

incrível país da minha tia,
trémulo de bondade e de aletria
(Alexandre O'Neill).

Perfiz o período castrense de dois anos e tal, com Mafra, Santarém, Lisboa, tendo chegado ao estipêndio de alferes de Cav.ª, e assim por diante. Enfim, *cosas de la vida*.

1. Tenho aqui uns folhetos com instruções de uso ou de serviço de eletrodomésticos Siemens. As versões PT de tal coisa parecem-me seguir uma linha normal, isto é, sem rebuscados linguísticos fruto de traduções feitas por cima da burra, ou à Lagardère, como por vezes se lê, e que só conduzem a premir o botão errado ou a entalar o dedo na porta do aparelho. Eu tenho uma ligação menos fácil com os eletrodomésticos, que se reconduz, creio, a tempos em que as instruções de uso eram incompletas, esperando que o utilizador, com a perspicácia de um *bonus pater familias* suprisse as faltas de informação. Ou então não era por isso que a tal minha ligação é menos adequada... mas vem bem a propósito: *si non è vero, è ben trovato...*

2. Num dos desdobráveis diz-se: «*Providenciar a reciclagem da embalagem de forma compatível com o meio ambiente*». Este providenciar é forçado e não o empregaria... embora, dir-me-ão, seja um verbo legítimo. Certo! Mas, num caso destes e similares, diria: *Reciclar a embalagem*... etc. Não vale a pena procurar termos que, em certos contextos, soam a despropositados, porque na tradução há que ser ponderado no uso que se faz do dicionário. Mas fico-me por aqui com Siemens e a Uschi.

E isto leva-me a atenção a reciclar-se para outras áreas.

3. Na Decisão 2012/698/PESC do Conselho de 13 de novembro de 2012 sobre o estabelecimento de um entreposto para as missões de gestão civil de crises(5) surge de novo a expressão «termos de referência» que já foi «repudiada» em «a folha» n.º 39 — verão de 2012, nota 9, pág. 7(6). Aquela expressão é utilizada nesta decisão em quatro ocasiões (considerando 6, artigo 2.º, artigo 3.º) nos passos em que se queria presumivelmente dizer «especificações» ou «caderno de encargos» (ou termo

---

(3) Num outro contexto, Paul Auster, *Winter Journal*: «You think it will never happen to you, that it cannot happen to you, that you are the only person in the world to whom none of these things will ever happen, and then, one by one, they all begin to happen to you, in the same way they happen to everyone else.»
(4) Foi o caso das guerras do séc. XVII pelo domínio de Angola, com as manhas portuguesas e cabeças cortadas e muita guerra-preta.
(5) http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2012:314:0025:0026:PT:PDF
(6) http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha39_pt.pdf

equivalente), que me parecem mais corretas e não decalcam inutilmente a versão inglesa[7]. Neste caso, a versão francesa optou por *cahier de charges*, a espanhola por *mandato*, a italiana por *termini di riferimento*, a alemã por *Leistungsbeschreibung.*

4. No Regulamento (UE) 98/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de janeiro de 2013 sobre a comercialização e utilização de precursores de explosivos[8], podem ver-se termos desnecessários e que poderiam ser afastados. Assim, diz-se no considerando:

(23) Os Estados-Membros deverão adotar normas em matéria de sanções aplicáveis ao incumprimento do disposto no presente regulamento. Essas sanções deverão ser eficazes, proporcionadas e dissuasivas.

Esta «*em matéria de*» , muito usual em textos da UE, não interessa nem ao menino Jesus; bastava escrever mais correta e simplesmente: *...deverão prever sanções, etc.*

5. E no considerando:

(27) A fim de ter em conta a evolução da utilização indevida de substâncias como precursores de explosivos, e na condição de se proceder à devida consulta das partes interessadas para atender aos efeitos potencialmente significativos sobre os operadores económicos, o poder de...

É despicienda a expressão «*à devida*», também muito comum em textos da UE. Bastaria escrever: *...na condição de se proceder à consulta.*
E isto porque, *inter alia*, ou há consulta ou não há; a devida não adianta nada, porque se a consulta não é como deve ser — o que parece inculcar o *à devida* — não há consulta em sentido técnico...

6. No artigo 1.º repete-se em matéria de: *O presente regulamento estabelece normas harmonizadas em matéria de disponibilização, introdução, posse e utilização de substâncias ou misturas que possam ser utilizadas indevidamente para o fabrico ilícito de explosivos... etc.*

Também aqui se poderia dizer: *O presente regulamento estabelece normas harmonizadas sobre disponibilização... etc.*

7. No artigo 4.º, lê-se:
...
2. *Não obstante o disposto no n.º 1, os Estados-Membros podem manter ou estabelecer um regime de licenciamento segundo o qual os precursores de explosivos objeto de restrições podem ser disponibilizados a particulares ou por eles possuídos e utilizados desde que os particulares obtenham e, se lhes for pedida, apresentem uma licença que lhes permita adquiri-los, possuí-los ou utilizá-los,*

---

[7] No *Ciberdúvidas*, entrada «termos de referência»:
«[Pergunta] Gostaria de saber qual a melhor tradução para a expressão em inglês "*terms of reference*". Poder-se-á traduzir por **mandato**, **atribuições**, **termos de referência**? Já agora, o que significa **termos de referência**, exatamente?
[Resposta] O *Dicionário Verbo Oxford Inglês-Português* traduz a expressão inglesa "*terms of reference*" como "atribuições".A expressão "termos de referência» está a ser usada em português para designar um tipo de documento em que se definem uma série de objetivos e se identificam necessidades, como mostra esta passagem:
"(...) a ausência da CML no debate deveu-se ao facto de ainda não haver 'termos de referência' para o Parque Mayer — apesar de a autarquia ser parceira na organização destes debates.
Os termos de referência são um conjunto de definições e de enquadramentos de um plano de pormenor (o que deve conter o plano em termos legais e documentais, as suas fases e prazos de elaboração, a indicação dos instrumentos de gestão territorial que se aplicam na área em causa, os condicionamentos que existem para a área, a indicação da equipa técnica do plano, a solução urbanística que se prevê realizar)."
Pelo que entendi desta explicação, termos de referência é o que vulgarmente se chama proposta ou projeto em português corrente. Considero, pois, que "termos de referência" é uma expressão dispensável, que reflete a imitação de modelos de formalização de documentos em inglês.»
Carlos Rocha — 20.7.2007, http://ciberduvidas.pt/perguntas/get/291578.
[8] http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2013:039:0001:0011:PT:PDF

emitida nos termos do artigo 7.º por uma autoridade competente do Estado-Membro em que os precursores de explosivos se destinam a ser adquiridos, possuídos ou utilizados.

Observação sobre o segmento a sombreado neste n.º 2 do artigo 4.º: isto é primariamente, segundo parece, uma questão de redação no original: será mesmo necessária essa complicação de obtenham e apresentem? Ou não poderia ficar simplesmente desde que os particulares tenham uma licença, pressupondo-se que a apresentem quando solicitada pela autoridade competente, sendo essa a regra geral no Direito em relação a qualquer licença, autorização, etc.; caso contrário não se poderia verificar se o interessado tinha mesmo a licença... Nesta linha, se não faz falta o troço litigioso... suprima-se: *quod abundat... nocet.*
Ou estou equivocado?

Bom, pode ser que não, que no fundo eu não tenha razão. Pelo seguinte, por exemplo: os regulamentos da UE, como é o caso vertente, aplicam-se diretamente em todos os Estados-Membros como é sabido; cada um com as suas tradições jurídicas e sociais e culturais. Nos Estados do norte europeu os cidadãos são, por regra, cuidadosos defensores dos direitos e liberdades individuais, muito suscetíveis a intervenções não inteiramente justificadas da autoridade pública. Nesse aspeto, aprendi muito com os colegas suecos, dinamarqueses e finlandeses com quem trabalhei em tempos, tendo passado a dar relevo a atos, a interferências na área individual que, nos países do sul, passam por ser minudências inidóneas para delas curarmos. Daí, talvez, o «cuidado» do legislador da UE em acentuar que aquela «licença» acima referida será apresentada se tal for pedido, de modo a que esse pedido seja acompanhado de justificação e de legitimidade legal... Caso contrário será recusada a sua apresentação.

8. No artigo 11.º preceitua-se:
Os Estados-Membros estabelecem o regime de sanções aplicável em caso de infração às disposições do presente regulamento e tomam todas as medidas necessárias para assegurar a sua aplicação...

Creio que se podia escrever simplesmente: *...estabelecem as sanções para infrações às disposições...*

9. O artigo 15.º reza:
2. O Parlamento Europeu ou o Conselho podem formular objeções a um ato delegado de acordo com o procedimento a que se refere o artigo 14.º, n.º 5. Nesse caso, a Comissão revoga sem demora o ato após a notificação da decisão pela qual o Parlamento Europeu ou o Conselho tiverem formulado objeções.

A redação poderia ser mais singelamente:
2. O Parlamento Europeu ou o Conselho podem formular objeções a um ato delegado de acordo com o artigo 14.º, n.º 5. Nesse caso, a Comissão revoga sem demora o ato após a notificação da decisão com aquelas objeções.

10. Pedido insistente e clamoroso: acabem lá com os *certos/as* que pejam imensos textos da UE (na área da agricultura os *certos/as* são mato...). Como no exemplo seguinte:
Decisão do Conselho, de 10 de maio de 2012, relativa à assinatura, em nome da União, e aplicação provisória do Acordo entre a União Europeia e o Governo da República Democrática Socialista do Sri Lanca sobre ***certos*** *aspetos dos serviços aéreos*[9].

Se caíssem os *certos* não se perderia nada e ninguém teria saudades.

PS: [Num dia de sol de fevereiro a Kenia morreu, a nossa dulcíssima companheira de há anos, que comigo compartilhou a aventura de que se deu notícia *in* «a folha» n.º 27 — verão de 2008[10], pág. 10.

[9] http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2013:049:0001:0001:PT:PDF
[10] http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha27_pt.pdf.

Franz Schubert (*Deutsche Messe*): *Wohin soll ich mich wenden, wenn Gram und Schmerz mich drücken*. Como disse George Steiner, *My Unwritten Books: Os livros que não escrevi,* edição portuguesa, Gradiva 2008: *há sem dúvida no amor que senti pelos meus cães ao longo dos últimos trinta anos um laivo de sentimentalismo, um pathos de autocomplacência. A minha dor causada pela perda desses meus bons companheiros é de certo modo mais aguda do que a que me causaria qualquer outra perda, excetuado um punhado de seres humanos aos quais estou intimamente ligado*. Deixaste um vazio imenso. Adeus, Kenia, não te esqueço.]

luis.f.sabino@gmail.com

Lista de capitais do *Código de Redação Interinstitucional*

Victor Macedo
Comité Económico e Social Europeu — Comité das Regiões
Grupo Interinstitucional de Terminologia Portuguesa — Bruxelas

> In proper names of foreign, and especially of Oriental, origin, it should be always our aim to express in our English version a faithful copy of the original. But this rule, which is founded on a just regard to uniformity and truth, must often be relaxed; and the exceptions will be limited or enlarged by the custom of the language and the taste of the interpreter. Our alphabets may be often defective: a harsh sound, an uncouth spelling, might offend the ear or the eye of our countrymen; and some words, notoriously corrupt, are fixed, and, as it were, naturalised in the vulgar tongue. […] The well-known cities of Aleppo, Damascus and Cairo would almost be lost in the strange descriptions of *Haleb, Demashk* and *Al Cahira*.
>
> [Edward Gibbon, prefácio à quarta edição de *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*, 1783]

I. Introdução

A lista de países, territórios, capitais, moedas oficiais e gentílicos foi recentemente revista e publicada na mais recente edição do *Código de Redação Interinstitucional*[1]. Em artigo anterior d'«a folha»[2], o Grupo Interinstitucional de Terminologia Portuguesa (GITP) procurou descrever as grandes linhas que nortearam a revisão da lista, relegando para artigos posteriores a tarefa de apresentar as alterações concretas em pormenor. O presente artigo serve esse propósito no que às cidades capitais diz respeito.

A versão anterior da lista de capitais caracterizava-se por certas incoerências: ao lado de topónimos de uso já consagrado (Moscovo, Londres, Tóquio, Pretória, Cairo, Pequim, etc.) e que não suscitavam quaisquer problemas surgia uma variedade de estrangeirismos deixados na língua dos originais, geralmente inglês ou francês, ou importados para o português através dessas duas línguas, além de vocábulos parcialmente aportuguesados.

O primeiro objetivo da revisão da lista foi procurar uma maior coerência entre os vários topónimos, (re)aportuguesando-os sempre que possível e mantendo apenas os estrangeirismos cuja alteração seja especialmente problemática, mas sempre no respeito de critérios perfeitamente claros: existência ou não de uma tradição de aportuguesamento, com abonos minimamente fiáveis; frequência das ocorrências desses topónimos na comunicação social, nas redes sociais ou em outras formas de texto

[1] «Anexo A5: Lista dos Estados, territórios e moedas», http://publications.europa.eu/code/pt/pt-5000500.htm.
[2] «A revisão da lista de países do *Código de Redação Interinstitucional*» *in* «a folha», n.º 40 — outono de 2012, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha40_pt.pdf.

escrito; afinidade com topónimos mais conhecidos e já bem aportuguesados suscetíveis de serem usados como modelo; viabilidade do vocábulo na língua corrente (probabilidade de adoção em textos oficiais, dificuldades eventuais para a consulta de mapas e de outras obras de referência, competitividade contra as formas estrangeiras quando já popularizadas, etc.).

A opção pelo aportuguesamento dos estrangeirismos suscitou, e suscita ainda, controvérsia. Não é este artigo o local mais acertado para reapresentar argumentos que já foram expostos no artigo anterior sobre a matéria; baste recordar que para um trabalho que tem objetivos de normalização terminológica (como é o trabalho de tradução das instituições europeias) não é aceitável que haja mais do que um termo para cada realidade; que, por conseguinte, é inaceitável referir-se uma vez a Aachen, uma vez a Aix-la-Chapelle, uma vez a Aken nos diferentes textos da UE consoante a língua do original; que, tratando-se de línguas não alfabéticas ou que usam um alfabeto diferente do latino (ou mesmo com carateres distintos dentro do mesmo alfabeto: å, ë, ţ, ş, æ, ð, ø, etc.), o não aportuguesamento obriga a recorrer a carateres especiais a que nem todos os tradutores têm acesso fácil; e que, nesses e noutros casos, recorre-se muitas vezes a uma língua «intermédia» (diz-se «Yekaterinburg», «Iekaterinbourg», «Jekaterinburg», «Ekaterimburgo» ou «Ecaterimburgo»?), o que pode ocasionar divergências entre textos diferentes.

A tabela seguinte dá três exemplos de topónimos que têm traduções diferentes em inglês, francês, espanhol e alemão com base no original russo ou em línguas altaicas da Ásia Central. Na ausência de aportuguesamento, seria impossível para um falante do português saber como escrever qualquer dos topónimos.

Russo	Línguas altaicas	Inglês	Francês	Alemão	Espanhol	Português
Бишкек	Бишкек (ky)	Bishkek	Bichkek	Bischkek	Biskek	?
Ташкент	Тошкент (uz)	Tashkent	Tachkent	Taschkent	Taskent	?
Ашхабад	Aşgabat (tk)	Ashgabat Ashkhabad	Achgabat Achkhabad	Aschgabat	Asjabad	?

Uma corrente com alguma aceitação é favorável a seguir a grafia do texto de partida. Essa tendência leva a que se possam encontrar ortografias diferentes para as mesmas cidades em função da língua a partir da qual se traduziu (geralmente inglês, francês ou espanhol), o que pode levar a crer que se trata de cidades diferentes em cada caso. Veja-se estes dois exemplos:

> *Layla Achichi morreu em Outubro devido a queimaduras e golpes profundos sofridos na casa onde vivia com a sua família em* **Amberes***, no norte da Bélgica. Segundo a agência Efe, citada na edição online do «El Mundo», na cerimónia de «cura espiritual» participou também um leitor do Corão — que se encontra igualmente detido.*[(3)]

> *Os dirigentes de uma empresa italiana de diamantes, instalada há alguns meses em* **Anvers** *(norte da Bélgica), são suspeitos de terem participado num roubo de diamantes no valor de vários milhões de euros, cometido há dez dias naquela cidade portuária, informou hoje o jornal belga «Le Soir».*[(4)]

Ao optar pelo aportuguesamento, o GITP mais não fez do que dar seguimento à recomendação do Acordo Ortográfico de 1990: «Recomenda-se que os topónimos/topônimos de línguas estrangeiras se substituam, tanto quanto possível, por formas vernáculas, quando estas sejam antigas e ainda vivas em

[(3)] *Público*, «Bélgica: detidos pais de rapariga lésbica que morreu durante um ritual de "purificação espiritual"», 6.11.2009, http://publico.pt/mundo/noticia/belgica-detidos-pais-de-rapariga-lesbica-que-morreu-durante-um-ritual-de-purificacao-espiritual-1408635.
[(4)] *Público*, «Empresa italiana suspeita de roubo de diamantes na Bélgica», 24.2.2003, http://www.publico.pt/sociedade/noticia/empresa-italiana-suspeita-de-roubo-de-diamantes-na-belgica-281623.

português ou quando entrem, ou possam entrar, no uso corrente.»[5] Essa recomendação confirma o já anteriormente disposto nas Bases Analíticas do Acordo Ortográfico de 1945[6].

As formas vernáculas «ainda vivas» não suscitam grandes problemas: todos conhecem Manila, Camberra, Havana e Pretória, porque são termos frequentemente usados e bem presentes na nossa memória visual e auditiva. Os topónimos que foram o verdadeiro objeto dos esforços do GITP são os menos comuns, os que denotam cidades ou localidades remotas ou raramente citadas, e que por isso mesmo não tinham ainda um topónimo suficientemente sedimentado no português corrente; nesses casos, procurou-se propor uma forma aportuguesada suscetível de ser aceite, caso o seu uso se generalize suficientemente depressa. Mais difíceis são os casos de estrangeirismos já entranhados no português, como Kiev ou Minsk.

O trabalho do GITP socorreu-se em grande medida das soluções já avançadas por obras académicas ou lexicográficas consideradas fiáveis, como sejam os dicionários *Lello Universal*, a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, a *Enciclopédia Luso-Brasileira*, a *Infopédia*[7], o *Dicionário de Gentílicos e Topónimos*[8], entre muitos outros. Tratou-se, por conseguinte, tanto de um trabalho de compilação como de um trabalho de reflexão.

II. Problemas concretos detetados na anterior lista

Uma grande parte das cidades capitais já tem tradução solidamente estabelecida em português, em particular as da Europa, das Américas, das ex-colónias portuguesas em África e na Ásia e as de muitos outros países e territórios. As capitais que suscitavam problemas classificavam-se nas seguintes categorias:

- topónimos completamente aportuguesados com base na fonética
- topónimos aportuguesados com base no seu significado na língua original
- topónimos que apresentam disparidades com as regras tradicionais de escrita do português
- topónimos de origem estrangeira com alfabeto latino que permaneciam inalterados

Topónimos completamente aportuguesados com base na fonética		
Amã (Jordânia) Bagdade (Iraque) Bamaco (Mali) *El Aiune (Sara Ocidental)* Islamabade (Paquistão)	Liubliana (Eslovénia) Nova Deli (Índia) Nuaquechote (Mauritânia) Quichinau (Moldávia) Reiquiavique (Islândia)	Riade (Arábia Saudita) *Saipã (Marianas do Norte)* Ulã Bator (Mongólia) Vinduque (Namíbia)
Topónimos aportuguesados com base no seu significado na língua original		
Porto Príncipe (Haiti)	São Jorge (Granada)	

[5] Portal da Língua Portuguesa, *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990:* «Base I: Do alfabeto e dos nomes próprios — 6», http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&id=1-6&version=1990.
[6] «Recomenda-se que os topónimos de línguas estrangeiras se substituam, tanto quanto possível, por formas vernáculas, quando estas sejam antigas em português, ou quando entrem, ou possam entrar, no uso corrente. Exemplos: *Anvers*, substituído por *Antuérpia*; *Berne*, por *Berna*; *Canterbury*, por *Cantuária*; *Cherbourg*, por *Cherburgo*; *Garonne*, por *Garona*; *Helsinki*, por *Helsínquia*; *Jutland*, por *Jutlândia*; *Louvain*, por *Lovaina*; *Mainz*, por *Mogúncia*; *Montpellier*, por *Mompilher*; *München*, por *Munique*; *Zürich*, por *Zurique*; etc.» *in* Portal da Língua Portuguesa, *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990*: «Documento n.º 2: Bases Analíticas do Acordo Ortográfico de 1945 — 51», http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&id=8-51&version=1945.
[7] Porto Editora. *Infopédia*, http://www.infopedia.pt.
[8] Portal da Língua Portuguesa, http://www.portaldalinguaportuguesa.org/recursos.html?action=gentilicos.

Topónimos que apresentavam disparidades com as regras tradicionais de escrita do português		
Achgabad (Turquemenistão) Agana (Guame) Baku (Azerbaijão) Bandar Seri Begawan (Brunei) Bichkek (Quirguistão) Dakar (Senegal) Doha (Emirados Árabes Unidos) Iamassucrô (Costa do Marfim) Katmandu (Nepal) Kigali (Ruanda) Kinshasa (RD Congo) Kuala Lumpur (Malásia)	La Valeta (Malta) Lilongwe (Maláui) *Mamudzu (Maiote)* Mbabane (Suazilândia) Melekeok (Palau) Minsk (Bielorrússia) Nuku'Alofa (Tonga) Nijamena (Chade) Palikir (Micronésia) *Papeete (Polinésia Francesa)* Pnom Pen (Camboja)	Podgorica (Montenegro) Pyongyang (Coreia do Norte) Rabat (Marrocos) Sarajevo (Bósnia-Herzegovina) Skopie (aRj Macedónia) Tachkent (Usbequistão) Tarawa (Quiribáti) Tallin (Estónia) Tbilissi (Geórgia) Yaren (Nauru) Zagreb (Croácia)
Topónimos de origem estrangeira com alfabeto latino que permaneciam inalterados		
inglês: *Adamstown (Pitcairn)* Belmopan[9] (Belize) Bridgetown (Barbados) Castries (Santa Lúcia) *Cockburn Town (Turcas e Caicos)* *Douglas (Ilha de Man)* *Flying Fish Cove (Ilha do Natal)* Freetown (Serra Leoa) Georgetown (Guiana) *George Town (Ilhas Caimão)* *Jamestown (Santa Helena)* *Kingston (Ilha Norfolk)* Kingston (Jamaica) Kingstown (SãoVicente e Granadinas) *Philipsburg (São Martinho)* *Plymouth (Monserrate)* Port Louis (Maurícia) Port Moresby (Papua-Nova Guiné) Port of Spain (Trindade e Tobago)	inglês (cont.): Port Vila (Vanuatu) *Road Town (Ilhas Virgens Britânicas)* Roseau (Domínica) *Saint Helier (Jersey)* Saint John's (Antígua e Barbuda) *Saint Peter Port (Guernesey)* *Stanley (Ilhas Falkland)* *The Valley (Anguila)* francês: *Basseterre (São Cristóvão e Neves)* *Basse-Terre (Guadalupe)* Brazzaville (Congo) *Fort-de-France (Martinica)* Libreville (Gabão) *Marigot (São Martinho)* Porto-Novo (Benim) *Saint-Denis (Reunião)* *Saint-Pierre (São Pedro e Miquelão)*	dinamarquês: *Charlotte Amalie (I. Virgens Americanas)* *Godthåb (Gronelândia)* faroense: *Tórshavn (Ilhas Faroé)* gronelandês: *Nuuk (Gronelândia)* neerlandês: *Oranjestad (Aruba)* *Willemstad (Curaçau)* norueguês: *Grytviken (Geórgia do Sul)* *Longyearbyen (Svalbard)* sueco: *Mariehamn (Alanda)* *Gustavia (São Bartolomeu)*

N.B.: *Os topónimos em itálico são capitais de territórios não independentes.*

Mesmo um breve relance por estas listas revela imediatamente uma grande diversidade de soluções: São Jorge (Granada), por exemplo, é um vocábulo aportuguesado, mas não foi seguida a mesma lógica para topónimos como Saint John's (Antígua e Barbuda) ou Saint Helier (Jersey/Jérsia), que poderiam ter-se tornado «[Cidade de] São João» e «Santo Helério».

Da mesma forma, afiguraram-se-nos incoerentes:

a) a transformação do «k» em «c»/«qu» em «Bamaco» (Mali), mas não em «Dakar» (Senegal) ou «Palikir» (Micronésia);
b) a transformação do «w» em «u» em «Maláui», mas não em «Tarawa» (Quiribáti);
c) a manutenção do «y» em «Pyongyang» (Coreia do Norte) ou em «Yaren» (Nauru), mas não em «Reiquiavique» (Islândia);
d) a sequência consonântica «ch» para «Bichkek» e «Tachkent», por exemplo[10];

[9] O topónimo Belmopan provém da aglutinação dos nomes de dois rios deste país centro-americano, a inicial bel, do rio Belize, e mopan, do rio Mopan, *Wikipédia*, http://pt.wikipedia.org/wiki/Belmop%C3%A3.

e) a ausência do «e» final em «Rabat» (Marrocos) ou «Zagreb» (Croácia), mas a sua paragoge em «Bagdade» (Iraque) ou «Islamabade» (Paquistão);
f) a representação tradicional dos sons nasais em «Amã» (Jordânia) ou em «Ulã Bator» (Mongólia), mas não em «Yaren» (Nauru) ou «Belmopan» (Belize);
g) sequências consonânticas pouco usuais em português («Mb» em «Mbabane»; «ngw» em «Lilongwe»; «chk» em «Bichkek» ou «Tachkent»; «ll» em «Tallin»; «h» em posição intervocálica em «Doha», etc.);
h) a ausência de acentos em palavras como «Nova Deli» (Índia) ou «Skopie» (Macedónia);
i) a substituição do «j» em «Liubliana» (Eslovénia) mas a sua manutenção em «Sarajevo» (Bósnia).

III. Critérios para a revisão da lista

O primeiro critério para a resolução destes problemas deveria ser a coerência, o que implicaria aplicar uma solução uniforme a cada vocábulo. Várias razões, porém, pactuam contra essa forma de proceder:

1) certas formas escritas já se tornaram de tal forma familiares que seria fútil tentar remar contra a maré e propor uma solução diferente;
2) noutros casos, o topónimo refere-se a uma cidade capital tão pequena ou tão pouco conhecida que se tornaria contraproducente alterá-lo, uma vez que as raríssimas ocorrências com que os lusófonos podem deparar-se provirão quase certamente de outras línguas – alterar o português dificultaria a comunicação, em vez de facilitá-la, e complicaria a vida de quem quisesse procurar os referidos topónimos em mapas ou obras internacionais (é o caso, sobretudo, das capitais de pequenos territórios não completamente soberanos, que raramente são referidos na comunicação social ou noutras fontes);
3) no século XXI, o português não pode evoluir como nos tempos de Fernão Lopes ou Afonso de Albuquerque: os lusófonos estão diariamente em contacto com realidades alheias e com línguas estrangeiras e rejeitam frequentemente termos novos quando não têm a ocasião de os usar no quotidiano; nestes casos, propor uma solução aportuguesada pode não conseguir mais do que acrescentar uma nova alternativa a uma lista de soluções possíveis que nunca entram realmente no léxico. Se um termo novo não parece viável, deverá ainda assim impor-se o seu uso em obras de caráter oficial?
4) alguns dos topónimos são uma tradução em português do original, outros um aportuguesamento fonético da forma original; qual das duas soluções privilegiar em cada caso?

A viabilidade do topónimo no português corrente deve, pois, ser um outro critério a ter constantemente presente. Para ilustrar a pertinência deste aspeto, podem citar-se os muitos topónimos europeus já aportuguesados, mas perfeitamente caídos em desuso ou nunca verdadeiramente adotados («Ratisbona» por «Regensburg» — latim: *Ratisbona*, «Francoforte do Meno» por «Frankfurt am Main» — latim: *Francofurtum ad Moenum*, «Vratislávia» por «Wrocław» — latim: *Vratislavia*, «Aquisgrana» por «Aachen» — *Aquisgranum*, «Mompilher» por «Montpellier» — catalão: *Montpeller*, «Mogúncia» por «Mainz» — latim: *Moguntiacum*, etc.): a forma erudita portuguesa, quase sempre derivada do latim, não logrou popularizar-se na linguagem de todos os dias e foi gradualmente substituída pelo regresso ao estrangeirismo.

O fecho da via erudita para o aportuguesamento deixa aberta apenas a via do **aportuguesamento fonológico e ortográfico**, partindo da língua local. É o caminho seguido igualmente por línguas como o inglês, o francês, o alemão ou o espanhol.

---

(10) O *Código de Redação Interinstitucional* guardava ainda a memória de uma época em que a maior parte das traduções nas instituições europeias eram feitas a partir do francês. É assim, natural que contivesse vários termos franceses, como **Bichkek**, **Tachkent**, **Koweit** (embora, neste último caso, sem o ï francês) ou ainda **Porto-Novo** (nome português, afrancesado por junção de hífen, como é prática nos nomes próprios franceses).

De um ponto de vista mais formal, as alterações devem obedecer às tradições da grafia portuguesa, evitando sequências consonânticas pouco usuais, duplas vogais, acentos ou diacríticos inexistentes em português, letras não utilizadas tradicionalmente (k, w e y)[(11)] e todas as ortografias que possam tornar o vocábulo difícil de pronunciar.

Um outro critério adotado foi manter inalterados os topónimos que correspondam ou se baseiem em antropónimos (Washington, Wellington, Georgetown, etc.). Para os restantes, optou-se pela aproximação à pronúncia mais usual, em detrimento da etimologia.

Tendo em mente estes critérios, os topónimos problemáticos supramencionados podem ser reagrupados em função das alterações efetuadas:

a) Supressão do «k», do «w» e do «y»

Muitos dos topónimos mais recentes entraram no português por meio de transcrições/transliterações para o alfabeto latino a partir do francês ou do inglês. Nestas línguas, o recurso às letras «k», «w» e «y» é perfeitamente natural para reproduzir determinados sons de línguas que não usam (ou não usavam) o alfabeto latino. A superabundância de topónimos africanos[(12)] e asiáticos com letras estranhas às tradições portuguesas é o resultado desse processo: «Kigali», «Kinshasa», «Rwanda», «Kwanza», «Zimbabwe», «Kiribati», «Taiwan», «Kuala Lumpur», «Bangkok», «Bichkek/Bishkek», «Pyongyang», «Koweit/Kuwait», etc. Não há razão para não se aportuguesar estes exónimos segundo as tradições do português.

Cabe recordar que a «Nota explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa»[(13)], no ponto 7.1, salienta que, «apesar da inclusão no alfabeto das letras *k*, *w* e *y*, mantiveram-se, no entanto, as regras já fixadas anteriormente, quanto ao seu uso restritivo, pois existem outros grafemas com o mesmo valor fónico daquelas»; e acrescenta ainda que «se, de facto, se abolisse o uso restritivo daquelas letras, introduzir-se-ia no sistema ortográfico do português mais um fator de perturbação, ou seja, a possibilidade se representar, indiscriminadamente, por aquelas letras fonemas que já são transcritos por outras.»

Não há qualquer razão para não substituir o «k» em palavras como «Dakar», «Katmandu» ou «Baku», sobretudo quando há fontes fiáveis que utilizam «Dacar», «Catmandu» e «Bacu». Ao mesmo tempo, já entraram no português corrente topónimos como «Banguecoque», pelo que a manutenção do «k» noutros casos seria incongruente. No mesmo caso encontravam-se:

Bichkek	Kuala Lumpur	Palikir
Kiev	Melekeok	Skopje
Kigali	Minsk	Tachkent
Kinshasa	Nuku'Alofa	

O «w», proveniente das transliterações inglesas de determinadas palavras de línguas africanas ou asiáticas também pode ser facilmente substituído por um «u»:

Bandar Seri Begawan	Lilongwe	Tarawa

A lista incluía igualmente ainda topónimos com «y»:

Pyongyang	Yaren

(11) O «w» pode suscitar dúvidas, sendo lido como «u» ou «v» (Malávi/Maláui). O «y», embora seja geralmente lido como «i», também pode em alguns casos representar um «u» (glicose/glucose, de raiz grega *glyk*-).

(12) No caso da África Subsariana foram missionários britânicos e norte-americanos os responsáveis pelas primeiras transcrições das línguas locais para o alfabeto latino.

(13) *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* — «Anexo II da legislação Portuguesa: Outras alterações de conteúdo» http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&version=1990b.

O aportuguesamento de Pyongyang não suscita grandes problemas, uma vez que são já frequentes as ocorrências de «Pionguiangue». Quanto a Yaren, pode ser substituído com vantagem por «Iarém».

b) Grafia tradicional dos sons nasais finais

Em palavras como

Bandar Seri Begawan	Pnom Pen	Yaren
Belmopan	Tallinn	

coloca-se a questão do «n» final, pouco comum em português – «Iémen» é mais a exceção do que a regra, uma vez que a tendência é esmagadoramente para a nasalização da sílaba final («Berlim» por «Berlin»; «Dublim» por «Dublin»; «Amã» por «Amman», «Assuão» por «Aswan», etc.). Uma outra solução para pelo menos dois dos casos acima referidos seria a:

c) Adição de um «e» ao final

Certas consoantes nunca são usadas em português em posição final (pense-se em «t», «c», «q», etc.); em vez dessa terminação surda, acrescenta-se em geral uma vogal à última consoante, com preponderância para o «e» por ser a de pronúncia mais neutra. A lista do código ainda conta exemplos como:

Achgabad	Minsk	Tallinn
Bichkek	Pnom Pen	Yaren
Kiev	Rabat	Zagreb
Melekeok	Tachkent	

Na maior parte destes casos, a paragoge do «e» seria uma das formas de os aproximar mais das tradições da grafia portuguesa. «Madrid» permanece a grande exceção a esta regra(14).

d) Supressão das sequências consonânticas menos usuais

Para além dos problemas referidos, restam ainda numerosos casos de sequências consonânticas pouco comuns ou nunca ocorrentes em português, incluindo determinadas consoantes duplas. Encontram-se neste caso:

Achgabad	Podgorica	Tallinn
Kinshasa	Skopie	Tbilissi
Mbabane	Tachkent	Bichkek

e) Outros casos

Por último, a lista anterior compreendia ainda alguns casos em que o aportuguesamento fora insatisfatório, quer por não seguir as regras do português quer por não transmitir adequadamente a pronúncia do topónimo na sua língua original. Esses casos eram os seguintes:

- Agana (que deveria ser aportuguesado «Aganha», a partir do espanhol «Agaña»);
- Doha (o «h» nunca é usado em posição intervocálica em português);
- Iamassucrô (tal como figura atualmente na lista, este topónimo procura reproduzir o mais fielmente possível a pronúncia em francês, mas distancia-se da grafia em praticamente todas as outras línguas, bem como das fontes mais consagradas);
- La Valeta (valerá a pena conservar o artigo «La» quando mesmo em maltês se diz «Valletta»?);
- Nuku'Alofa (o apóstrofo não se justifica segundo as regras do português);

(14) No Brasil, utiliza-se a grafia Madri.

– Porto-Novo (o hífen corresponde às regras da ortografia francesa);
– Porto-Príncipe (seria mais correto seguir o original francês e dizer «Porto do Príncipe»);
– Sarajevo (o termo é frequente em português, mas esta grafia não reproduz a pronúncia).

Em síntese, eis, pois, como seriam alterados os topónimos mais problemáticos de acordo com os princípios descritos nas alíneas a) a e):

Topónimo (lista precedente)	**Alteração (aportuguesamento)**	**País**
Achgabad [ortografia francesa]	**Asgabade**	Turquemenistão
Agana [ortografia inglesa]	**Aganha**	Guame
Baku	**Bacu**	Azerbaijão
Bandar Seri Begawan	**Bandar Seri Begauã**	Brunei
Belmopan	**Belmopã**	Belize
Bichkek [ortografia francesa]	**Bisqueque**	Quirguistão
Dakar	**Dacar**	Senegal
Doha	**Doa**	Catar
Iamassucrô	**Iamussucro**	Costa do Marfim
Katmandu	**Catmandu**	Nepal
Kigali	**Quigali**	Ruanda
Kinshasa	**Quinxassa** [forma histórica portuguesa]	Congo, RD
Kuala Lumpur	**Cuala Lumpur**	Malásia
La Valeta	**Valeta** [forma histórica portuguesa]	Malta
Lilongwe	**Lilongué**	Maláui
Mbabane	**Mebabane**	Suazilândia
Melekeok	**Melequeoque**	Palau
Nijamena	**Jamena**	Chade
Nuku'Alofa	**Nucualofa**	Tonga
Palikir	**Paliquir**	Micronésia
Pnom Pen	**Pnom Pene**	Camboja
Podgorica	**Podgoritza**	Montenegro
Porto-Novo [ortografia francesa]	**Porto Novo**	Benim
Porto-Príncipe	**Porto do Príncipe**	Haiti
Pyongyang	**Pionguiangue**	Coreia do Norte
Sarajevo	**Saraievo**	Bósnia-Herzegovina
Tachkent	**Tasquente**	Usbequistão
Tarawa	**Taraua**	Quiribáti
Tallin	**Taline**	Estónia
Tbilissi	**Tebilíssi**	Geórgia
Yaren	**Iarém**	Nauru
Zagreb	**Zagrebe**	Croácia

IV. Topónimos a manter inalterados

Para além dos topónimos acima referidos, cujo aportuguesamento se justifica tanto mais quanto se trata em geral de transliterações francesas ou inglesas importadas indiscriminadamente para o português sem obedecer às suas regras mais básicas, coloca-se também o problema dos topónimos que nos chegaram de outras línguas com as quais o português partilha o alfabeto latino. Dada a expansão dos impérios coloniais britânico e francês, estes casos são extremamente numerosos, mas dizem

muitas vezes respeito apenas a territórios, e não a Estados soberanos. Embora não mereçam menos atenção do que os restantes casos de um ponto de vista linguístico, o GITP considerou que os topónimos referentes a esses territórios não deveriam ser aportuguesados pelas seguintes razões:

1. O facto de se tratar de capitais de territórios na dependência de Estados soberanos torna menos provável a sua ocorrência em textos oficiais;
2. Propor o seu aportuguesamento dificultaria a comunicação em vez de a facilitar, ao introduzir uma série de alternativas portuguesas com poucas hipóteses de vingarem na utilização corrente;
3. Muitas vezes, o nome da capital corresponde a um antropónimo;
4. Nos poucos casos em que ocorrem, estes exónimos raramente suscitam problemas de compreensão ou de pronúncia, certamente menos do que topónimos provenientes de línguas não europeias.

Há, porém, algumas exceções a esta regra geral, a saber, as cidades com nomes de santos ou estruturas facilmente traduzíveis (porto, forte), sem perda da associação à língua autóctone:

Forte de França	por	Fort-de-France (Martinica)
São Dinis	por	Saint-Denis (Reunião)
Santo Helério	por	Saint Helier (Jersey)
Porto São Pedro	por	Saint Peter Port (Guernesey)
São Pedro	por	Saint-Pierre (São Pedro e Miquelão)
Ilha Ocidental	por	West Island (Ilhas Cocos)

Da mesma forma, há capitais de Estados soberanos que podem ser perfeitamente aportuguesadas seguindo o exemplo de «São Jorge» (de Granada). Teríamos assim:

Porto Luís	por	Port Louis (Maurícia)
Porto Moresby	por	Port Moresby (Papua-Nova Guiné)
Porto de Espanha	por	Port of Spain (Trindade e Tobago)
Porto Vila	por	Port Vila (Vanuatu)
São João	por	Saint John's (Antígua e Barbuda)

Das cidades capitais de países, as únicas que não foram aportuguesadas são Kiev (Ucrânia), Minsk (Bielorrússia), Rabat (Marrocos) e Skopje (antiga República jugoslava da Macedónia). Esta decisão não se deveu, antes pelo contrário, à falta de alternativas vernáculas: várias fontes históricas registam Quieve, Minsque ou Rebate. O facto, porém, de se tratar de topónimos curtos (o que facilita a sua retenção pela memória visual) e frequentemente usados na comunicação social dificultaria, no entender do GITP, a sua viabilidade. Quanto a Skopje, faria sentido introduzir o neologismo «Escópia» ou «Escúpia»(15), mas entendeu-se que o aportuguesamento não permitia reconhecer imediatamente o topónimo a que se referia, o que comprometeria a sua passagem para o uso corrente.

Por último, resta o problema da capital da Gronelândia, país que caminha cada vez mais no sentido da independência total da sua antiga metrópole, a Dinamarca. Essa capital tem hoje dois nomes oficiais, um dinamarquês (Godthåb) e outro gronelandês (Nuuk); seria particularmente pertinente assegurar o seu aportuguesamento desde já, em antecipação da independência total, para assegurar que o nosso léxico disponha já de uma alternativa a essas duas línguas. Nesse sentido, e admitindo que a capital se mantenha bilingue como até agora, poder-se-iam contemplar as hipóteses de «Boa Esperança» (tradução literal do dinamarquês) e «Nuuque»(16), aportuguesamento completo do nome gronelandês.

***

(15) De *Scupi* em latim.
(16) A sequência «uu» aparece em várias palavras portuguesas de origem tupi-guarani.

Em linhas gerais:

- os topónimos com ortografia francesa presentes na lista precedente não foram substituídos por topónimos ingleses, apesar de a maioria dos nossos originais ser agora em inglês;
- não se seguiram aportuguesamentos por via erudita com base no latim ou grego clássicos, línguas desconhecidas na prática;
- os aportuguesamentos foram puramente ortográficos, fixando uma forma portuguesa com base na fonética.

victor.macedo@eesc.europa.eu

Do afegâni ao zlóti

Paulo Correia; Susana Gonçalves
Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia
Grupo Interinstitucional de Terminologia Portuguesa — Bruxelas

Quando se fala de dinheiro, há várias moedas com notoriedade mundial cuja designação em português não levanta quaisquer dúvidas. É o caso das tradicionais moedas de reserva, como o dólar, o euro (em substituição do marco alemão e do franco francês), a libra, o iene, o franco suíço e mais algumas moedas do norte da Europa. É esse também o caso das moedas de países que nos são mais próximos linguística e/ou culturalmente, como os países da CPLP, de Macau e dos países ibero-americanos. Em quase todos estes casos nem a ortografia, nem o género, nem a utilização dos plurais são problema.

Ao lado deste grupo de moedas há um outro, ainda significativo, composto por moedas menos referidas, por exemplo do Leste Europeu, de África, Ásia e Oceânia, para as quais surgem dúvidas quanto ao uso de aportuguesamentos (escrevendo o que se pronuncia), à manutenção do nome na língua original (com alfabeto latino) ou a transliteração/transcrição (a partir de outro sistema de escrita) para o alfabeto latino — geralmente em francês ou inglês. Nestes casos, o **género** e, sobretudo, a formação do **plural** das formas não aportuguesadas são uma fonte permanente de dúvidas e de usos divergentes, pelo que se impõe refletir sobre alguma forma de harmonização.

***

No artigo «A revisão da lista de países do *Código de Redação Interinstitucional*»[(1)], publicado no n.º 40 d'«a folha», foram apresentados os critérios de base utilizados pelo Grupo Interinstitucional de Terminologia Portuguesa (GITP) na revisão do Anexo A5 do *Código de Redação Interinstitucional*[(2)] (CRI) — uma única variante (*critério a*), se possível aportuguesada (*critério b*), coerente com casos semelhantes (*critério c*) e convergente com fontes de referência (*critério d*).

Para o caso específico das moedas, o GITP optou apenas pelos aportuguesamentos registados no Banco de Portugal[(3)] ou em vocabulários da língua portuguesa disponíveis em formato eletrónico, tais como o *Vocabulário Ortográfico Português* (VOP), o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*

[(1)] http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha40_pt.pdf.
[(2)] http://publications.europa.eu/code/pt/pt-5000500.htm.
[(3)] Banco de Portugal, *Tabela de moedas* (anexo à Instrução n.º 1/96) e *Taxas de câmbio de referência diárias*, respetivamente, http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/historico/anexos/1-96i23.pdf e http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/Dominios%20Estatisticos/EstatisticasCambiais/Paginas/Taxasdereferenciadiarias.aspx.

da Porto Editora (VOLP-PE), o *Vocabulário* do corretor ortográfico FLiP (VF) e o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* da Academia Brasileira de Letras (VOLP-ABL).

Verifica-se que, na prática, o aportuguesamento[4] começa por ser fonológico e morfológico, frequentemente detetável nas formas orais do **plural**, que se afastam rapidamente dos plurais na língua de origem ou em línguas intermediárias[5]. O aportuguesamento de novas palavras entradas na linguagem corrente é um fenómeno natural, reflexo da vitalidade da língua e da sua capacidade para descrever o mundo. Cita-se a este propósito Cláudio Moreno:

> *Julgo, entretanto, que* [não se pode ignorar] *a extraordinária capacidade que nosso idioma tem de deglutir os vocábulos estrangeiros e* ***nacionalizá-los fonológica, ortográfica e morfologicamente****. Já escrevi várias vezes sobre isso: para entrar no Português, o vocábulo estrangeiro tem de aprender a dançar miudinho, tratando de comportar-se como seus colegas nativos. Um talismã, dois talismãs; um talibã, dois talibãs.*[6]

Durante a elaboração deste artigo aproveitou-se para aprofundar a investigação para os casos de nomes de moedas para os quais não se tinha encontrado aportuguesamento ou que possam não ser consensuais — sobretudo no plural. Foram consultados, assim, o recém-publicado *Vocabulário Ortográfico Atualizado da Língua Portuguesa* da Academia das Ciências de Lisboa (VOALP) e um conjunto de dicionários de língua portuguesa[7]. Consultaram-se também as listas de moedas e as tabelas de taxas de câmbio publicadas pelos outros bancos centrais da CPLP[8], bancos esses integrados em áreas económicas que vão muito para além do universo essencialmente norte-atlântico da OCDE.

Na **tabela incluída em anexo** a este artigo apresentam-se a negrito as variantes adotadas na atual versão do CRI para as moedas agora analisadas, sendo registadas também as outras variantes, incluindo, em negativo, novos aportuguesamentos que poderão ser discutidos para eventual inclusão numa próxima edição. Apresentam-se também o **plural** e o **género**[9] dessas moedas e, sempre que foi possível encontrá-las e reproduzi-las, as formas nas línguas originais. Toda esta informação fica registada e é pesquisável nas fichas terminológicas indicadas na coluna **IATE**[10].

O PLURAL DAS MOEDAS

A lista do Anexo A5 não aborda o plural das moedas — ora é nessa forma, e não no singular, que as moedas aparecem frequentemente nos textos[11]. Enquanto que os nomes de moedas com forma

[4] Muitas vezes, novos aportuguesamentos ortográficos levantam reticências, havendo quem prefira o uso das transliterações/transcrições do sistema ortográfico inglês. Elas viriam substituir muitas das transliterações/transcrições francesas presentes em anteriores versões da CRI (sobretudo para os topónimos).
[5] Ver também «Palavras adaptadas ortograficamente» *in* «a folha» n.º 39 — verão de 2012, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha39_pt.pdf
[6] Cláudio Moreno, *Sua Língua* — «talibã, talebã, taliban ou taleban», http://wp.clicrbs.com.br/sualingua/2009/05/15/taliba-taleba-taliban-ou-taleban/.
[7] O *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (DLPC) da Academia das Ciências de Lisboa, o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (DHLP), o *Dicionário de Língua Portuguesa* (DLP) da Porto Editora, o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (DPLP), o *Novo Dicionário Aurélio* (NDA) versão 7.0 e o *Dicionário Caldas Aulete* (DCA).
[8] Banco Central do Brasil, *Tabela de moedas*, http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/batch/tabmoedas.asp?id=tabmoeda.
Banco Nacional de Angola, *Mercados*, http://www.bna.ao/Servicos/pesquisa_cambios.aspx?idc=141&idsc=825&idl=1.
Banco de Moçambique, *Mercado Cambial*, http://www.bancomoc.mz/Files/DEM/ZMCI213_18022013.pdf.
Banco Central de São Tomé e Príncipe, *Boletim cambial*, http://www.bcstp.st/Cambio.aspx.
Banco Central de Timor-Leste, *Taxas de câmbio*, http://www.bancocentral.tl/rates.asp.
Banco de Cabo Verde, *Estatísticas de câmbios*, http://www.bcv.cv/vPT/Estatisticas/Quadros%20Estatisticos/taxasdecambio/Paginas/TaxasdeC%C3%A2mbio.aspx.
[9] O género havia sido apresentado indiretamente na lista do Anexo A5 apenas para as moedas com um adjetivo específico do país (ex.: leu romeno e leu moldavo).
[10] http://iate.europa.eu/iatediff/switchLang.do?success=mainPage&lang=pt.
[11] Este assunto foi já brevemente abordado para as moedas europeias fora do euro e sem aportuguesamento estabilizado no artigo «As unidades e os seus plurais» do n.º 30 d'«a folha» — verão de 2009, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha30_pt.pdf.

aportuguesada não levantam dúvidas na formação do plural, o mesmo não se pode dizer dos casos em que não há aportuguesamento da ortografia da moeda. A formação do plural tende nesses casos a divergir nos textos portugueses:

- ou se utiliza um plural por adição «automática» de um «s» final, gerando formas que geralmente não se adaptam nem à forma do plural da língua original nem à forma como as palavras são efetivamente pronunciadas pelos falantes cultos do português — esta é muitas vezes a prática das fontes que apresentam sistematicamente os plurais dos nomes das moedas, como é o caso do VOP e do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa (DLPC)

  1 rand, 2 **rands** (*rand*, invariável em inglês e africânder)
  1 won, 2 **wons** (*won*, invariável em coreano e em inglês)
  1 dirham, 2 **dirhams** (*darahim*, plural em árabe; *dirhams*, plural em francês e inglês)

- e/ou se utiliza uma forma invariável ou o plural (ou plurais), conforme a prática na língua original — com mais ou menos diacríticos; essa parece ser a atual tendência da língua inglesa para as moedas menos conhecidas, por exemplo de línguas bantas, bálticas, eslavas, etc. (cf. o Anexo A5 da versão inglesa do *Código de Redação Interinstitucional*(12))

  1 loti, 2 **maloti**, ...
  1 pula, 2 **pula**, ...
  1 lats, 2 **lati**, 5 lati, 10 **latu**, 20 latu, 50 latu, ...

- e/ou se utiliza um plural mais adaptado à pronúncia espontânea efetiva dos locutores do português, respeitando a raiz da palavra

  1 rand, 2 **randes**
  1 won, 2 **wones**
  1 dirham, 2 **dirhames**

Analisam-se, em seguida, alguns casos concretos de utilização dos plurais de moedas.

1. Todos os nomes das unidades monetárias do Extremo Oriente significam «objeto redondo». O primeiro «objeto redondo» a ser aportuguesado foi o **iene** (a partir de *yen*), a unidade monetária japonesa, que já aparece nesta forma no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* da Academia das Ciências de Lisboa (1940), confirmando, assim, a notoriedade entretanto adquirida pela moeda japonesa. O plural **ienes** é hoje consensual.

2. Já a referência à unidade monetária chinesa — na ausência de aportuguesamento — tem causado hesitações, bem refletidas num plural bastante casuístico:

> *O endividamento total indicado para as empresas estatais é de 3,36* ***biliões de yuan*** *(cerca de 405 mil milhões de dólares).*(13)
> *O resultado foi, por conseguinte, duas listas de valores normalizados* ***em yuan chinês*** *(CNY) por kg por classe de resistência, uma para parafusos normalizados e outra para parafusos especiais.*(14)
> *Em outubro, o Governo central lançou as primeiras obrigações do Tesouro em CNY em Hong Kong, num valor total de 6* ***mil milhões de yuan chineses*** *(659 milhões de EUR).*(15)

(12) *Interinstitutional style guide — «*Annex A5: List of countries, territories and currencies», http://publications.europa.eu/code/en/en-5000500.htm.
(13) Parecer do Comité Económico e Social sobre as «Relações entre a União Europeia e a China» (97/C 158/08), http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:51997IE0327:PT:PDF.
(14) Regulamento de Execução (UE) n.º 924/2012 do Conselho de 4 de outubro de 2012 […] República Popular da China, http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2012:275:0001:0022:PT:PDF.
(15) Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu - Relatório anual Hong Kong 2009, http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:0242:FIN:PT:PDF.

Os ativos da CSSC são estimados em 6,4 ***mil milhões de yuans*** *(cerca de 0,8 mil milhões de dólares).*[16]

Em relação à cada vez mais incontornável moeda chinesa, o GITP avançou para o aportuguesamento **iuane** (em detrimento do chinês romanizado *yuán* ou da sua simplificação *yuan*[17]). Essa opção, que é também a do *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (DPLP), do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (DHLP, edição portuguesa) ou do *Novo Dicionário Aurélio* (NDA), ficou confirmada pela atestação dessa forma do termo no recentíssimo VOALP da Academia das Ciências de Lisboa. O plural **iuanes** deixa também, assim, de ser um problema.

No projeto de orçamento apresentado este ano à Assembleia, a parte dedicada à defesa nacional em 2006 chega a 283,8 ***mil milhões de iuanes*** *(35 mil milhões de dólares), 14,7% a mais que no ano passado* (...).[18]
As ações do ICBC, que já era o maior banco do mundo por capital em Bolsa, fecharam a sessão a 6,37 ***iuanes****. Assim, o valor total em bolsa chegou a 1,97* ***biliões de iuanes*** *(260,4 mil milhões de dólares).*[19]

N.B.: Ao contrário da maioria das moedas, em que o nome da moeda coincide com o da sua unidade, na República Popular da China a moeda tem um nome e a unidade tem outro. A moeda da China é o **renmimbi** (moeda do povo). O **iuane**[20] é a unidade monetária da China, por vezes também referida como **iuane renmimbi** nas línguas latinas (*renminbi yuan* nas línguas germânicas) — ou *rénmínbì yuán* em chinês[21]. Assim, em rigor, deverá dizer-se que «os Estados Unidos reclamam a valorização do renmimbi» (i.e., da moeda chinesa), mas que «a Três Gargantas da China é uma das maiores empresas de energia do mundo, com ativos totais de 280 mil milhões de iuanes» (ou, se se quiser, de 280 mil milhões de iuanes renmimbi — i.e., de unidades de moeda chinesa). É ainda interessante verificar que a palavra iuane é utilizada em chinês para designar a maioria das moedas do mundo[22].

3. Quanto ao terceiro «objeto redondo», o **won sul-coreano**, não foram encontradas fontes para um aportuguesamento (uone?). Veja-se, por exemplo, o uso divergente do plural de won em diferentes despachos da agência Lusa citados pelos jornais de referência:

Um tribunal sul-coreano decretou o pagamento de uma indemnização de 734,1 ***mil milhões de won*** *(522 milhões de euros) às vítimas do pior derrame de petróleo do país, em 2007, que afetou gravemente o turismo e a pesca.*[23]
O lucro líquido anual fixou-se nos 5,53 ***biliões de wons*** *(3,06 mil milhões de euros), contra os 7,43* ***biliões de wons*** *(4,11 mil milhões de euros) em 2007.*[24]
Um tribunal da Coreia do Sul condenou hoje Lee Sang-deuk, irmão do Presidente sul-coreano, Lee Myung-bak, a dois anos de prisão e a uma multa de 750 ***milhões de wones*** *(490.000 euros).*[25]

4. Com o **euro** surgiram inicialmente dúvidas quanto ao plural, havendo quem pretendesse que a palavra fosse invariável[26] e mesmo quem grafasse a palavra com maiúscula inicial. No entanto, o uso

---

(16) http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52000DC0263:PT:HTML.
(17) Simplificação mais adaptada aos teclados americanos básicos, sem diacríticos. Cf. *Wikipedia*, «"United States" keyboard layout», http://en.wikipedia.org/wiki/File:KB_United_States-NoAltGr.svg.
(18) Jonal de Notícias, «Pequim volta a aumentar gastos com defesa», 5.3.2006, http://www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=539648.
(19) Diário Económico, «Banco chinês ICBC torna-se a quarta maior empresa do mundo», 9.8.2007, http://economico.sapo.pt/noticias/banco-chines-icbc-tornase-a-quarta-maior-empresa-do-mundo_37500.html.
(20) As notas chinesas representam iuane com o caráter 圆, intermédio entre o caráter clássico 圓 e o caráter simplificado元.
(21) 人民币元.
(22) Por exemplo: euro — 欧元 (*ōuyuán*).
(23) Expresso, «Tribunal sul-coreano decretou pagamento de 522 ME a vítimas de derrame de petróleo», 17.1.2013, http://expresso.sapo.pt/tribunal-sul-coreano-decretou-pagamento-de-522-me-a-vitimas-de-derrame-de-petroleo=f780034.
(24) Negócios Online, «Lucros da Samsung superam expectativas com Galaxy a neutralizar iPhone 5», 8.1.2013, http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/lucros_da_samsung_superam_expectativas_e_galaxy_neutraliza_iphone_5.html.
(25) Expresso, «Irmão do Presidente sul-coreano condenado a dois anos de cadeia», 24.1.2013, http://expresso.sapo.pt/irmao-do-presidente-sul-coreano-condenado-a-dois-anos-de-cadeia=f781781.

consagrou o plural **euros** — a flexão em número, respeitando a raiz comum «eur»[27] — como se verifica na atual versão do CRI (ponto 7.3 — Moedas[28]).

> Em português, as formas a utilizar são as seguintes:
> um euro, euros

5. O nome da moeda angolana, embora de raiz banta — **kwanza**[29] —, adota um plural tipicamente português, com «s» final — **kwanzas**. As restantes moedas da África Austral com raiz banta ou são invariáveis ou formam plural com recurso à prefixação própria da língua de origem:

> 1 loti, 2 maloti; 1 lilangeni, 2 emalangeni; 1 pula, 2 pula; 1 kwacha, 2 kwacha

6. Em Moçambique, país fronteiriço da África do Sul, é maioritário o uso do plural aportuguesado do nome da moeda sul-africana: **randes**. Isto, apesar de o uso do singular não aportuguesado predominar: **rand**[30].

> *O indivíduo, de 26 anos de idade, foi surpreendido pela PRM na posse de 47 mil* ***randes****, o equivalente a cerca de 200 mil meticais, e na altura da sua detenção tentava cambiar parte do valor em um estabelecimento comercial.*[31]

A partir da análise destes exemplos, inclui-se na lista de moedas em anexo a este artigo uma proposta — **para discussão** — de adaptação da ortografia do plural à sua pronúncia efetiva em português, mesmo nos casos em que não há aportuguesamento do singular das moedas. Aliás, para além dos clássicos derivados de antropónimos (darwinismo, wagneriano, etc.), começa a desenhar-se também uma tendência para criar derivados de nomes comuns com ortografia estrangeira. Veja-se o recente exemplo de «entroikado», que a Porto Editora achou por bem registar na *Infopédia*[32]. Parece não haver razões para excluir os plurais das moedas desta tendência.

AS SUBDIVISÕES DAS MOEDAS

O Serviço das Publicações, editor do *Código de Redação Interinstitucional*, incluiu no Anexo A5 os nomes das subdivisões das moedas. Estes termos quase nunca são referidos nos nossos textos, pois os valores que representam estão incluídos nas casas decimais de valores expressos na unidade monetária principal.

Centavo, cêntimo, centésimo, cent

A única investigação realizada pelo GITP para a revisão das subdivisões das moedas do Anexo A5 teve a ver com as diferentes variantes de «um cem avos»[33].

---

(26) Willem Duisenberg (1.º presidente do BCE): «I am inclined to delete the "s" if I am talking about the euro in the plural, if I am talking about 10 euro. I think that is enough!», http://www.ecb.int/press/pressconf/2002/html/is020307.en.html.

(27) «In all EU legal texts, the nominative singular spelling must be "euro" in all languages ("'ευρώ" in Greek alphabet; "евро" in Cyrillic alphabet). Plural forms and declensions are accepted as long as they do not change the "eur-" root.» *in* European Commission, «How to use the euro name and symbol», http://ec.europa.eu/economy_finance/euro/cash/symbol/index_en.htm.

(28) «III. Convenções comuns — 7. Países, línguas e moedas», http://publications.europa.eu/code/pt/pt-370300.htm.

(29) Kwanza — transcrição de inspiração inglesa do banto; cuanza — transliteração portuguesa tradicional do banto.

(30) O Banco Central do Brasil utiliza o aportuguesamento também no singular: **rande**.

(31) Sapo notícias, «Moçambicano detido na posse de randes falsos», 6.4.2011, http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/61306042011113022.html.

(32) «sujeito às condições de austeridade impostas pela troika (equipa que negociou as condições de resgate financeiro em Portugal e é constituída por responsáveis da Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional)», http://www.infopedia.pt/pesquisa-global/entroikado.

(33) **Avo** é aliás a subdivisão da pataca macaense. 100 avos = 1 pataca.

A subdivisão centesimal tradicional das moedas dos países de língua portuguesa ou espanhola é o **centavo**. Tal é o caso do escudo cabo-verdiano, do metical moçambicano ou do real brasileiro, assim como o de quase todas as moedas dos países da América Latina de língua espanhola[(34)]. O Panamá e o Uruguai utilizam o **centésimo**.

Já o **cêntimo** (do francês *centime*, «centésima parte do franco») é utilizado para traduzir a subdivisão centesimal dos *cents* do dólar, dos *centimes* do franco, etc. Tudo recomenda que se adote o mesmo procedimento para outras subdivisões centesimais etimologicamente relacionadas:

- cêntimo para o *centas* do litas lituano
- cêntimo para o *santims* do lats letão
- cêntimo para o *sen* do dólar bruneíno, do riel cambojano, do ringgit malaio ou da rupia indonédia
- cêntimo para o *sene* da tala samoana
- cêntimo para o *seniti* da paanga tonganesa
- cêntimo para o *sente* do loti lesotiano
- cêntimo para o *sentim* do birr etíope

Valeria a pena manter tantas transliterações/transcrições de palavras que por sua vez já são transliterações/transcrições de cêntimo?

Sobre o uso de **cent** ou **cêntimo** para a subdivisão do euro, consultar o ponto 7.3.1 do *Código de Redação Interinstitucional*[(35)].

Nos restantes casos, o GITP optou por conservar o original ou a transliteração/transcrição inglesa, dada a raridade da utilização dessas subdivisões de moedas nos nossos textos.

Paulo.Correia@ec.europa.eu
Susana.Goncalves@ec.europa.eu

Moedas sem aportuguesamento ou cujos plurais possam colocar dúvidas

Moeda	gén.	original[(36)]	País	IATE
afegâni(s) (VOLP-PE) afegane (VOP, VOALP, VF) afegani (VOP)	*m.*	ناغفــای	Afeganistão	1891582
ariari(s) (VOLP-PE)	*m.*	ariary/—	Madagáscar	2108026
baht (VOP, VOLP-PE, VF) / **bahtes**	*m.*	บาท/—	Tailândia	1891722
balboa(s) (VOP, VOLP-PE, VOLP-ABL)	*m.*	balboa(s)	Panamá	1891694
birr (VOP, VOLP-PE, VOLP-ABL) / **birres**	*m.*	ብር/—	Etiópia	1891628
bolívar(es) (VOP, VOLP-PE, VF, VOLP-ABL)	*m.*	bolívar(es)	Venezuela	1891736
boliviano(s) (VOP, VOLP-PE, VOLP-ABL)	*m.*	boliviano(s)		1891601
colón (VOP, VOLP-PE) / **colones** colom (NDA)	*m.*	colón/colones colón/colones	Costa Rica Salvador	1891615 1891719
dalasi(s) (VOLP-PE) dalase (VOP, VOLP-PE)	*m.*	dalasi(s)	Gâmbia	1891636
denar(es)[(37)] (VOLP-PE) dinar (NDA)	*m.*	денар(и)	Macedónia	1891674

(34) O centavo foi a subdivisão do **escudo espanhol**, em circulação até 1869. Com a **peseta espanhola**, no entanto, a subdivisão passou a ser o cêntimo.
(35) «7.3.1. Euro e cent», http://publications.europa.eu/code/pt/pt-370300.htm.
(36) Como fonte principal utilizou-se a *Wikipédia* (http://pt.wikipedia.org) e *Monnaie$ du Monde* (http://www.monnaiesdumonde.net), tendo-se observado imagens das moedas e notas das diferentes divisas. Por razões técnicas, todas palavras são apresentadas com os carateres da esquerda para direita, mesmos no caso de línguas que se escrevem da direita para a esquerda, como o árabe, o persa ou o hebreu.
(37) денар (macedónio) / динар (sérvio).

dinar(es) (VOP, VOLP-PE, VOLP-ABL)	*m.*	دينار دينار دينار دينار دينار دينار динар(а) دينار	Argélia Barém Iraque Jordânia Koweit Líbia Sérvia Tunísia	1891623 1891597 1891648 1891652 1891660 1891670 3549498 1891725
dirham[38] (VOP, VOLP-PE, VF) / **dirhames** **dirame(s)**[39] (DPLP) dirrã (VOLP-PE, VOLP-ABL, DCA, DHLP) dirém (NDA) dinheiro	*m.*	درهم / دراهم درهم /	Marrocos Emir. Ár. Unidos	1891671 1891581
dong (VOP, VOLP-PE, VF) / **dongues** **dongue(s)** (BCB)	*m.*	đồng/—	Vietname	1891737
dram[40] (VOP, VOLP-PE) / **drames**	*m.*	Դրամ/—	Arménia	1891584
forint[41] (VOP, VOLP-PE) / **forintes** **forinte(s)** (VOLP-ABL, NDA) florim	*m.*	forint/—	Hungria	1891644
guarani(s) (VOP, VOLP-PE, VF, VOLP-ABL)	*m.*	guaraní(es)	Paraguai	1891701
gurde(s) (VOP, VOLP-PE, VOLP-ABL) gourde (VOP)	***f.***	gourde(s)	Haiti	1891643
hryvnia(s) (VOP, VOLP-PE) ~~grívnia~~[42]	***f.***	гривня/гривні/гривень	Ucrânia	1891731
iene(s) (VOP, VOALP, VOLP-PE, VOLP-ABL) yen (VOP, VOLP-PE)	*m.*	円	Japão	1891653
iuane(s) (VOALP, DPLP, NDA) iuan (BCB) yuan (VOP, VOLP-PE, VF)	*m.*	元/— yuán/—	China	2100398
kina(s) (VOP, VOLP-PE, VF)	*m.*	kina/—	Papua-N. Guiné	1891697
kip (VOP, VOLP-PE) / **kipes** **quipe(s)**[43] (BCB)	*m.*	ກີບ	Laos	1891663
kuna(s) (VOP, VOLP-PE)	*m.*	kuna/kune/kuna	Croácia	1891642
kwacha(s) (VOP, VOLP-PE) **cuacha(s)** (DHLP, NDA) quacha (BCB)	*m.*	kwacha/—	Maláui Zâmbia	1891682 162792
kwanza(s) (VOP, VOALP, VOLP-PE, VF) cuanza (VOP, VOALP, VOLP-PE) quanza (VOP, VOALP)	*m.*	kwanza(s)	Angola	1891586
kyat (VOP, VOLP-PE) / **kyates** **quiate(s)** (BCB)	*m.*	ကျပ်	Birmânia	1891675
lari(s) (VOP, VOLP-PE, VOLP-ABL)	*m.*	ლარი	Geórgia	1891632
lats (VOP, VOLP-PE) lat (BCB)	*m.*	lats/lati/latu	Letónia	1891669
lek (VOP, VOLP-PE, VOLP-ABL) / **lekes**	*m.*	lek(ë)	Albânia	1891583
lempira(s) (VOP, VOLP-PE, VF, VOLP-ABL)	***f.***	lempira(s) *m.*	Honduras	1891641
leone(s) (VOP, VOLP-PE, VOLP-ABL)	*m.*	leone(s)	Serra Leoa	1891715
leu(s) (VOP, VOLP-PE, VF, VOLP-ABL)	*m.*	leu/lei	Moldávia Roménia	1891672 1891703
lev (VOP, VOLP-PE, VOLP-ABL) / **leves**	*m.*	лев(а)	Bulgária	1891596

(38) Do árabe *dirham*, *dirhem*, *dirhim* ou *dirhm*.
(39) No Anexo A5 da versão impressa do CRI aparece a forma «diram», mas apenas nas subdivisões das moedas.
(40) Variante arménia de dirham.
(41) Do húngaro *forint*, variante húngara de florim.
(42) Foi eliminado do CRI por não constar em nenhuma das fontes utilizadas, embora **grívnia** seja uma transliteração muito aproximada da palavra ucraniana.
(43) No Anexo A5 da versão impressa do CRI aparece a forma «kipe».

lilangeni(s) (VOP, VOLP-PE, VOLP-ABL) **lilangueni(s)** (BM)	*m.*	lilangeni/emalangeni	Suazilândia	1891721
lira(s) (VOP, VOALP, VOLP-PE, VOLP-ABL) libra	***f.***	lirası/—	Turquia	1891727
litas (VOP, VOLP-PE) lita (VOP, VOLP-PE)	*m.*	litas/litai/litų	Lituânia	1891668
loti(s) (VOP, VOLP-PE, VOLP-ABL)	*m.*	(ma)loti	Lesoto	1891667
manat (VOP, VOLP-PE) / **manates**	*m.*	manat/—	Azerbaijão Turquemenistão	1891591 3549543
naira(s) (VOP, VOLP-PE)	*m.*	naira/—	Nigéria	1891688
nakfa(s) (VOP, VOLP-PE)	***f.***	nakfa/—	Eritreia	1891627
ngultrum (VOP, VOLP-PE) / **ngultrumes**	*m.*	ངུལ་ཀྲམ/—	Butão	1891604
ouguiya(s) (VOP, VOLP-PE) **uguia(s)** (BCB)	*m.*	أوقية	Mauritânia	1891678
paanga(s) (VOP, VOLP-ABL) pa'anga (VOLP-PE)	*m.*	pa'anga/—	Tonga	1891726
pula(s) (VOP, VOLP-PE)	*m.*	pula/—	Botsuana	1891605
quetzal/quetzais (VOP, VOLP-PE, VOLP-ABL) quetçal (VOLP-ABL, NDA)	*m.*	quetzal(es)	Guatemala	1891638
rand (VOP, VOLP-PE, VF) / **randes** **rande(s)** (BCB)	*m.*	rand/—	África do Sul	179961
real/reais[44] (VOP, VOLP-PE, VOLP-ABL)	*m.*	real/reais	Brasil	1891602
rial/riais (VOP, VOLP-PE, VOLP-ABL)	*m.*	لاير لاير لاير الىر لاير	Arábia Saudita Catar Iémen Irão Omã	1891706 1891702 162746 1891649 1891693
riel/riéis (VOP, VOLP-ABL)	*m.*	រៀល	Camboja	1891656
ringgit (VOP, VOLP-PE, VF) / **ringgites**	*m.*	ringgit/—	Malásia	1891684
rupia(s) (VOP, VOALP, VOLP-PE, VOLP-ABL)	***f.***	रुपया/— rupiah/— ރުފިޔާ rupee(s) रूपैयाँ/— ہیروپ rupee(s) රුපියල්	Índia Indonésia Maldivas Maurícia Nepal Paquistão Seicheles Sri Lanca	1891647 1891645 1891681 1891680 1891691 1891699 1891708 1891665
shekel (VOP, VOLP-PE, VF) / **shekeles** shequel (VOLP-PE) siclo[45] (VOP, VOLP-PE, VOLP-ABL)	*m.*	שקל/שקלים	Israel	1891646
sol (VOP, VOLP-PE, VF, VOLP-ABL) / **sóis**	*m.*	sol(es)	Peru	3549864
som (VOP, VOLP-PE, VF) / **somes**	*m.*	сом/—	Quirguistão	1891655
somoni(s)[46] (VOLP-PE)	*m.*	сомонӣ/—	Tajiquistão	3549875
sum (VOP, VOLP-PE) / **sumes** som (BCB)	*m.*	сўм/—	Usbequistão	1891734
taka(s) (VOP, VOLP-PE) **taca(s)** (BCB)	*m.*	টাকা/—	Bangladeche	1891594
tala(s)[47] (VOP, VOLP-PE, VF, VOLP-ABL)	*m.*	tālā/—	Samoa	162995
tengue(s) (VOP, VOLP-PE) tenge (VOLP-PE)	*m.*	теңге/—	Cazaquistão	1891662
tugrik[48] (VOP, VOLP-PE) / **tugrikes**	*m.*	төгрөг/—	Mongólia	1891676

(44) O plural **réis** corresponde apenas às antigas unidades monetárias pré-republicanas de Portugal e Brasil.
(45) Do hebraico *shēkel*, «idem», pelo latim *siclu-*, «idem». Termo bíblico: «O rico não dará mais e o pobre não dará menos de meio siclo para pagar a contribuição devida ao Senhor em resgate de vossas vidas.» (Êxodo 30,15).
(46) Do tajique, do nome do fundador da nação tajique, *Ismail Samani*.
(47) Transcrição local de dólar.
(48) Do mongol *dughurik*, «coisa redonda», pelo inglês *tugrik*, «idem».

vatu(s) (VOP, VOLP-PE, VF)	*m.*	vatu/—	Vanuatu	1891738
won(es) (VOP, VOLP-PE, VF, VOLP-ABL)	*m.*	원/—	Coreia do Norte Coreia do Sul	1891658 1891659
xelim/xelins (VOP, VOLP-PE, VF, VOLP-ABL)	*m.*	shilingi/— shilin/— shilingi/— shilling(s)	Quénia Somália Tanzânia Uganda	1891654 1891716 1891730 1891732
yuan (ver **iuane**)				
zlóti(s) (VOP, VOLP-ABL, VOLP-PE) zloti (VOLP-ABL) zloty (VOP, VOLP-PE)	*m.*	złoty/złote/złotych	Polónia	1891700

N.B.: Sendo as moedas unidades, não se utiliza o itálico nos termos que não seguem as regras do português.

Saiu o CUSTOM.DIC 2013

Equipa linguística do Departamento de Língua Portuguesa
Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

O corretor ortográfico é uma ferramenta de uso obrigatório para os serviços de tradução e outros serviços das instituições europeias que redigem textos em língua portuguesa. O corretor foi especialmente útil nos primeiros meses de aplicação do Acordo Ortográfico de 1990 (AO90), quando foi necessário vencer alguns dos antigos automatismos de escrita. O corretor ortográfico está associado a um vocabulário central, que pode ser completado com dicionários de utilizador (CUSTOM.DIC). Esses dicionários individuais podem ser alimentados com novas palavras, clicando numa palavra realçada com o botão direito do rato e selecionando a opção «adicionar ao dicionário».

Em finais de 2011, já havia sido feito na Direção-Geral da Tradução um primeiro apanhado dos conteúdos desses dicionários com o objetivo de os adaptar à nova ortografia e criar um ficheiro comum. Nesse ficheiro incluíram-se também as palavras mais frequentes nos nossos textos[1], que não estavam presentes no vocabulário central do corretor. Um ano após o início da aplicação do AO90, é altura de fazer um novo apanhado para localizar palavras entretanto acrescentadas aos dicionários individuais durante o último ano e resolver algumas questões ortográficas que se colocam com mais frequência.

Com base nesse trabalho, criou-se uma **nova versão revista do CUSTOM.DIC partilhado**, aproveitando-se também para acrescentar palavras recolhidas noutras fontes e ainda não contempladas no vocabulário central do corretor ortográfico:

- *Código de Redação Interinstitucional*:
  - Anexo A5 — Lista dos Estados, territórios e moedas[2],
  - Anexo A10 — Lista das Regiões[3].
- Línguas oficiais de países terceiros[4]
- Nomes comuns de peixes[5]

[1] Lista bastante estável, com pequeníssimas variações de ano para ano. Cf. «Vocabulário das memórias de tradução», separata d'«a folha» n.º 35 — primavera de 2011, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha35_vocabulario_pt.pdf.
[2] http://publications.europa.eu/code/pt/pt-5000500.htm. Inclui também os gentílicos (masculino, feminino e plurais). Foram excluídas as formas não aportuguesadas das subdivisões das moedas.
[3] http://publications.europa.eu/code/pt/pt-5001000.htm. Foram excluídas as formas não aportuguesadas.
[4] «a folha», n.º 35 — primavera de 2011, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha35_pt.pdf.

N.B.: Apenas se mantiveram palavras em português, com a exceção de nomes de moedas para os quais não há aportuguesamento. Incluíram-se algumas formas que não existem isoladamente, mas que podem aparecer entre parênteses em designações químicas. Exemplo: acetoxi (como em «salicilato de 2-(acetoxi)etilo»).

O dicionário CUSTOM.DIC 2013 do Departamento de Língua Portuguesa é disponibilizado como separata eletrónica deste número d'«a folha» em:
http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha41_dicionario_pt.pdf.

No seguimento deste artigo, faz-se uma breve análise de algumas questões ortográficas encontradas nos CUSTOM.DIC individuais.

DGT-PT-LINGUISTIC-TEAM@ec.europa.eu

Algumas questões ortográficas

É de todo o interesse que os textos produzidos por instituições apresentem um mínimo de variantes não só terminológicas como também ortográficas. Esse interesse é ainda maior no caso dos textos jurídicos. A harmonização é igualmente benéfica para o sistema de tradução automática de base estatística que a Direção-Geral da Tradução está a desenvolver.

Detetaram-se nos CUSTOM.DIC individuais algumas palavras com variantes ortográficas *lato sensu* (variantes morfológicas independentes de acordos ortográficos). A escolha das formas a privilegiar será repercutida nas fichas da base terminológica IATE e, sempre que exequível, nas memórias de tradução Euramis. Ver exemplos no **ponto I — DIVERGÊNCIAS**.

Quanto às variantes ortográficas *stricto sensu*, foram detetados poucos casos de palavras com consoantes mudas, estando a maior parte das questões ligadas ao uso de acentos ou hífenes (um problema antigo). Ver exemplos no **ponto II — DESVIOS**.

Assinalam-se com asterisco simples (*) os desvios ao AO90 e com asterisco duplo (**) os desvios simultaneamente ao AO90 e à ortografia anterior. Verifica-se que a grande maioria das questões associadas aos CUSTOM.DIC individuais resulta de dificuldades ortográficas independentes das alterações do AO90.

I. DIVERGÊNCIAS

a) química

3-metilindole/3-metilindol
amiloglucosidase/amiloglucidase
árgon/argónio
butil-hidroxianisole/butil-hidroxianisolo
ciclo-hexanol/cicloexanol
creosoto/creosote
cresoxime-metilo/cresoxima-metilo
fosgénio/fósgeno/fosgéneo/**fosgeno
hexogénio/hexógeno/hexogéneo/**hexogeno
hidroxilo/hidroxila[6]
imidazole/**imidazol
manganês/manganés/manganésio

---

[5] Regulamento 40/2013 do Conselho de 21 de janeiro de 2013 que fixa, para 2013, as possibilidades de pesca […], anexo I (revisto), http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2013:023:0054:0153:PT:PDF.
[6] Terminologia brasileira.

quitosano/quitosana(7)/**chitosano (cf. quitina)
triazole(8)/**triazol (pl. triazoles/**triazóis)

Muitos dos termos registados nos CUSTOM.DIC são termos da Química Orgânica. Nesta área, segue-se a terminologia normalizada pela Sociedade Portuguesa de Química e pelas suas congéneres brasileiras na tradução portuguesa (variantes europeia e brasileira) do *Guia IUPAC para a Nomenclatura de Compostos Orgânicos*(9), o designado «Livro Azul». Infelizmente, muitos vocabulários e dicionários tardam a registar os resultados desse trabalho, dificultando, deste modo, o trabalho de harmonização das traduções.

b) atos e efeitos

coextrudido/coextrudado(10)
cromatação/cromatização
degelatinizado/degelatinado
descarbonização/descarbonação/descarburação/descarbonatação
desoleificação/**desolificação (cf. oleificante)
dispersável/dispersível
eliciação/elicitação
malaxação/malaxagem
puncionamento/punçoamento
renaturalização/renaturação
texturação/texturização

c) imprecisões

anos-homem/**homens-ano(11) (agora também anos-pessoa/**pessoas-ano)
dias-homem/**homens-dia (*idem* dias-pessoa/**pessoas-dia)

°C/**ºC (o segundo caso está tecnicamente incorreto, o símbolo de grau não é um «o» minúsculo em expoente)
(ou ampliando, para se ver melhor °C/ºC)

d) outros (sinónimos e falsos sinónimos)

alergénio(12)/alérgeno/alergéneo/**alergeno (substantivo; adj.: alergénico)
codão/códão (pl. codões/códãos)(13)
decápode/*decápodo (pl. decápodes)
ditionite/diatonito
ecotipo/ecótipo
Epiro/Épiro
gabari/gabarito
gastrenterológico/gastroenterológico
genotoxicidade/genotoxidade
glicocorticoides/glucocorticoides(14)

(7) Terminologia brasileira.
(8) Destacam-se, pelo número de casos encontrados nos dicionários de utilizador, os compostos terminados em –zole, muitas vezes erradamente grafados sem «e» final (benzimidazole/**benzimidazol; imidazole/**imidazol; pirazole/**pirazol; triciclazole/**triciclazol, etc.).
(9) *Guia IUPAC para a Nomenclatura de Compostos Orgânicos*, Lidel, ISBN 972-757-150-6.
(10) A forma «extrudir» predomina em Portugal e a forma «extrudar» no Brasil. Nos documentos UE tem havido um relativo equilíbrio, com ligeiro predomínio de «extrudir».
(11) « Horas-(ou dias-, semanas-, meses-, anos-)homem» *in* «a folha», n.º 17 — outono de 2004, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha17_pt.pdf.
(12) As terminações em **–génio** ou **-géneo** são uma fonte permanente de divergências. Convirá, assim, analisar casos como cromogéneo/cromogénio, halogéneo/halogénio, imunogéneo/imunogénio, mutagéneo/mutagénio, patogéneo/patogénio, pirogéneo/pirogénio, progestogéneo/progestogénio.
(13) São conceitos diferentes: codão (pl. codões) é um termo da genética; códão (pl. códãos) é um sinónimo de geada.

guaiule/**guaiúle[15]
guilhoché/guiloché
lignocelulósicos/lenhocelulósicos/linhocelulósicos
líchia/lichia/lechia
lenhite/lignite/lignito/lenhito/linhito/linhite [16]
logotipos/logótipos
masséteres/masseteres
megapíxeis/megapixéis/megapixels
pelete/pélete
percussor/percutor
teflão/teflon/teflom

II. DESVIOS

a) (falta de) supressão de acento nas palavras graves com o ditongo tónico «oi»[17]

dodecanoico/*dodecanóico
icosapentaenoico/*icosapentaenóico

b) hífen na prefixação

antiabsorção/**anti-absorção
epoxiálcoois/**epoxi-álcoois
ferrocrómio/**ferro-crómio
ferrossilicotungsténio/**ferrossiliciotungsténio/**ferro-silício-tungsténio
plurirregionais/**pluri-regionais/**pluriregionais
trissubstituídos/**tri-substituídos/**trisubstituídos
peroxodissulfatos/**peroxodisulfatos/**peroxodi-sulfatos
servofreio/**servo-freio
silicomanganês/**silício-manganês

em particular:

b.1) o 2.º elemento começa pela mesma vogal do prefixo[18]

oxi-iodetos/*oxiiodetos
poli-isobutileno/*poliisobutileno
perfluoro-octano/*perfluorooctano

b.2) o 2.º elemento começa por «h»[19]

tri-heptanoato/**triheptanoato
tri-hidróxido/*triidróxido/**trihidróxido
penta-hidratado/pentaidratado (cf. tri-hidratado)

b.3) prefixo pré-

pré-concorrencial/**preconcorrencial

---

(14) Os termos com a raiz grega *glyk-* são também uma fonte permanente de divergências. Convirá, assim, analisar casos como amiloglicosidase/amiloglucosidase, anidroglicose/anidroglucose, glicocorticoides/glucocorticoides, glicolato/glucolato, glicomanano/glucomanano, glicónico/glucónico, glicósidos/glucósidos, para além da **glicose**/**glucose**. Apenas os **glicóis** parecem ter a ortografia estabilizada.
(15) A grafia guaiúle corresponde à ortografia brasileira pré-AO90.
(16) Não foram encontrados registos de lenhita, linhita ou lignita.
(17) Mas: pomóideas (exdrúxula), fenóis (aguda).
(18) Questão detetada essencialmente em termos químicos e decorrente das novas regras do AO90.
(19) Questão detetada essencialmente em termos químicos, por provável decalque das regras do francês ou do inglês.

pré-condicionamento/**precondicionamento
predefinidos/**pré-definidos
preestabelecida/**pré-estabelecida
preexistentes/**pré-existentes

b.4) não- e quase-

O não- e o quase- são assuntos não diretamente referidos no AO90 e que serão, espera-se, definitivamente tratados no *Vocabulário Ortográfico Comum*, que resultará da compilação dos vocabulários ortográficos nacionais dos vários países da CPLP, sob a égide do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

c) hífen nas locuções

botões de punho/*botões-de-punho
caso a caso/*caso-a-caso
fora de borda/*fora-de-borda
fora de estrada/*fora-de-estrada
gota a gota/*gota-a-gota
vídeo a pedido/*vídeo-a-pedido

Na maior parte das locuções, o corretor ortográfico aceita ou sugere formas diferentes das recomendadas pelo *Vocabulário Ortográfico Português* oficial, levando a usos divergentes do hífen. Esta é uma questão que só poderá ser tratada por um **dicionário negativo** com formas a excluir do vocabulário de base do corretor (exemplo: as formas caminho-de-ferro ou mão-de-obra passariam a ser assinaladas como erro e deixariam de ser sugeridas quando se escrevesse caminho de ferro ou mão de obra).

NOTA FINAL

Algumas divergências ortográficas encontradas nos CUSTOM.DIC não revistos remontam à mudança, a partir de 1995, do francês para o inglês como a língua de redação da maior parte dos originais. Esta mudança resultou numa alteração das práticas, que poderia ser equiparada a uma espécie de «pequena reforma ortográfica» nos serviços de tradução das instituições europeias. Nota-se, por vezes, principalmente no uso dos **hífenes no vocabulário técnico**, uma oscilação entre as regras do português e as regras — a evitar — do francês e/ou do inglês(20). Alguns exemplos:

ex ante/**ex-ante
(fr: *ex ante*; en: ex-ante)
raios X/**raios-X
(fr: *rayons X*; en: *X-rays*)
metilsulfonilmetano/**metil-sulfonil-metano/**metil sulfonil metano
(fr: *méthylsulfonylméthane*; en: *methyl sulphonyl methane*)
ferrossilicocrómio/**ferrossiliciocrómio/**ferro-silício-crómio
(fr: *ferrosilicochrome*; en: *ferro-silico-chromium*)
pré-tensores/**pretensores
(fr: *prétendeurs*; en: *pre-tensioners*)

(20) Nas **memórias de tradução**, detetam-se também algumas variações na terminologia e ortografia portuguesa decorrentes da mudança da língua dos originais. Alguns exemplos: a região administrativa que anteriormente era referida como **departamento** (fr: *département*) é agora, quase sempre, referida como **condado** (en: *county*); **agricultura biológica** (fr: *agriculture biologique*) é substituída em alguns textos por **agricultura orgânica** (en: *organic farming*); os **Himalaias** (en: *the Himalayas*) juntam-se agora ao **Himalaia** (fr: *l'Himalaya*); a língua **suaíli** (fr: *swahili*) passa esporadicamente a **Suaíli** (en: *Swahili*) com maiúscula inicial, incorreta em português.

Redação: Paulo Correia (Comissão); Valdemar Ferreira (PE); Manuel Leal (Conselho da UE); Victor Macedo (CESE-CR); António Raúl Reis (Serviço das Publicações)
Grupo de apoio: Ana Luísa Faria (Conselho da EU); Hilário Leal Fontes (Comissão); Susana Gonçalves (Comissão); Ana Lorenzo Garrido (Comissão); Joana Seixas (CESE-CR)
Paginação: Susana Gonçalves (Comissão)
Envio de correspondência: dgt-folha@ec.europa.eu

Edição impressa: oficinas gráficas do Serviço de Infraestruturas e Logística — Bruxelas (Comissão)
Edição eletrónica: sítio Web da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia no portal da União Europeia — http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine

«a folha» ISSN 1830-7809

ISSN 1830-780-9
9 771830 780004